

Toponímia Brasília.

JOSÉ DE SÁ NUNES.

“O problema toponímico do Brasil é parte integrante da sua questão geográfica.” (F. MARTINS DOS SANTOS.)

“Tupi-Guarani” é a denominação que geralmente se dá ao “nheengatu” e ao “abanheenga”, aquele do Brasil setentrional (Pará e Amazonas), este do Brasil meridional e do Paraguai, Uruguai, parte da Argentina e da Bolívia, onde cerca de três milhões de indivíduos civilizados falam a bela, rica e harmoniosa língua autóctone.

OS JESUÍTAS.

Grande é o número de doutos e diligentes escritores que se têm ocupado com a língua dos Aborígenes do Brasil e do Paraguai, publicando trabalhos valiosos e livros didáticos para ser conhecida e ensinada nos dois países. “Os sábios de todo o mundo que hoje estudam as línguas americanas e que as prelecionam em altas cátedras universitárias, fundam os seus trabalhos e aurem os seus melhores argumentos na obra malsinada dos jesuítas primevos” — disse-o o notável professor PLÍNIO AIROSA com verdade e com justiça. (V. “O Estado de São Paulo” de 31 de Janeiro de 1937.)

No brilhante artigo que deu a lume nessa data, afirma ele que são “as obras de ANCHIETA, de MONTOYA e de FIGUEIRA como os três vértices de um triângulo luminoso, dentro de cuja área coube toda a cultura espiritual do império tupi-guarani, estendido por muitos milhares de quilómetros quadrados de chão americano”.

Reafirmando essas mesmas ideias e pensamentos, escreveu no referido jornal, em 17 de Fevereiro daquele ano: “Aos jesuítas ilustres JOSÉ DE ANCHIETA, LUÍS FIGUEIRA e ANTÓNIO RUIZ DE MONTOYA devemos, incontestavelmente, o melhor e o mais precioso acervo linguístico relativo à língua formosa e rica que vulgarmente chamamos tupi-guarani. Do primeiro recebemos a interessantíssima “Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil”, escrita na segunda metade do século XVI e impressa em Coimbra por ANTÓNIO DE MARIZ em 1595; do Pe. LUÍS FIGUEIRA, como um dos documentos mais valiosos do falar indígena do extremo Norte de nosso País, recebemos também a “Arte de Gramática da Língua Brasília”, editada provavelmente em 1621, em Lisboa; e de MONTOYA, além do inestimável “Tesouro”, herdámos a “Arte, e Bocabulário de la Lengua Guarani”, dados à estampa em Madrid por IUN SÁNCHEZ, no ano de 1640.”

VALOR DAS OBRAS DOS JESUÍTAS.

“São essas obras, na opinião unânime dos estudiosos de todos os tempos, as fontes mais puras a que podem recorrer os que pretendam conhecer, com precisão e honestidade, as belezas e os encantos do idioma harmonioso dos antigos donos de nossa terra”, segundo o conceito do mesmo brilhante escritor.

Não só os estudiosos que desejem conhecê-lo, senão também os filólogos que se dedicam a explicar vários dos fenómenos linguísticos e interpretar inúmeros vocábulos indígenas, nessas obras encontrarão o manancial de esclarecimentos e de informações indispensáveis aos seus trabalhos de investigação. Nelas é que vão buscar os materiais para construir as suas lições, os seus artigos, os seus livros com verdadeiro fundamento científico.

Se há quem relegue tais obras por serem antigas e incapazes de fornecer elementos para a significação e a grafia dos vocábulos oriundos da língua tupi-guarani, usados actualmente na designação de coisas, localidades e pessoas, é porque desconhecem o valor dos textos primitivos para o estudo científico dos idiomas. Não há filólogo, não há etimologista, não há tipinólogo dignos desses nomes que deixem de pesquisar a língua nas suas fontes primevas, nos seus antigos documentos. Fora daí, tateiam nas trevas, caem nos precipícios insondáveis da desorientação, donde não há sair. Abandonando os textos antigos, é

impossível conhecer a evolução das palavras, a sua legítima grafia e as suas acepções. É precisamente por causa desse abandono que vemos constantemente artifícios e malabarismos etimológicos, quando se trata de explicar as origens de inúmeros vocábulos indígenas.

A base para se escreverem palavras indígenas é o seu estudo nas obras dos catequistas, o exame científico dos trabalhos escritos desde o século XVI, dos jesuítas ANCHIETA, MONTOYA e FIGUEIRA. "ANCHIETA", escreveu PLÍNIO AIROSA em 1937, "ANCHIETA, ensinando os meninos de Piratininga ou missionando no Espírito Santo ou na Baía, não precisava de usar outra língua [a língua tupi], porque a língua de que se fez o mestre maior era, de facto, a "mais usada na costa do Brasil". MONTOYA, trabalhando nas longínquas missões do Paraná, sentia que tudo em torno de si era tupi-guarani, como FIGUEIRA, bondoso e mártir, sentia, também, que nas inóspitas regiões do extremo Norte brasileiro, entre Tupinambás, estava em pleno ambiente tupi-guarani." Eles ouviam, falavam e escreviam o tupi-guarani, muita vez colando o ouvido à boca do ABORÍGENE para escutar-lhe o som das palavras que proferia, a fim de as grafar o mais exactamente possível. Foram eles, pois, quem nos legou os primeiros monumentos escritos dessa língua, que, por mais de duas centúrias, predominou em nossa Pátria. "Da data do início da colonização, em 1531, até 1700, mais ou menos, o uso do tupi-guarani foi absolutamente geral em nossa terra, tal como ainda o é hoje no Paraguai e em certas regiões da Bolívia, da Argentina e da Amazônia." (PLÍNIO AIROSA: "O Tupi-Guarani, Língua Geral", no jornal supracitado, edição de 17-II-1937.)

EXPANSÃO DO TUPI-GUARANI.

Teodoro Sampaio assegura que, "até o começo do século XVIII, a proporção entre as duas línguas faladas na colónia era mais ou menos de três para um, do tupi para o português. Em algumas capitánias, como em São Paulo, Rio Grande do Sul, Amazonas e Pará, onde a catequese mais influiu, o tupi prevaleceu por mais tempo ainda." ("O Tupi na Geografia Nacional", edição de 1928, pág. 51.)

O padre ANTÔNIO VIEIRA deixou escrito: "É certo que as famílias dos Portugueses e Índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos Índios, e a língua portuguesa a vão os meninos aprender à escola." (*Apud* PLÍNIO AIROSA, *in eod. loc.*)

A GRAFIA DAS PALAVRAS INDÍGENAS.

É essa língua bela, harmoniosa e rica, modificada pelos séculos, que devemos estudar à finca nos monumentos que nos herdaram os jesuítas e muitos outros que se têm ocupado com ela. "As antigas grafias das denominações tupis, como os velhos documentos dos arquivos, têm sempre valor e quase sempre são indispensáveis às justas interpretações e traduções" — ensina o douto catedrático de Etnografia e Língua Tupi-Guarani em a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo nas suas "Primeiras Noções de Tupi", edição de 1933, à pág. 35; e na seguinte adverte: "Para o estudioso, a documentação antiga, que nos veio dos séculos passados, é de grande valor, porque lá estão grafados inúmeros termos, embora por vários modos, mas tal como os ouviram os oficiais das capitánias, os juizes, os meirinhos e os tabeliães."

Sem isso, claudicará quem quer que se abalance a interpretar ou escrever palavras procedentes da língua tupi-guarani.

Ouçamos mais uma vez a TEODORO SAMPAIO: "O problema mais importante, o estudo mais sério e, a meu ver, essencial, é o da *identificação histórica* do vocábulo ou a restauração de sua grafia primitiva, tal como ela simbolicamente representou, em outro tempo, a palavra falada. É mister, portanto, ler os documentos mais antigos, as crónicas, roteiros, relações de viagem, os mapas geográficos que, primeiro, se publicaram e que possam encerrar o tema ou o vocábulo a interpretar, e aí surpreender-lhe a *grafia antiga, decerto a mais verdadeira*, pois que é de supor fosse a representação simbólica mais fiel dos sons recolhidos directamente do gentio ou dos seus imediatos descendentes e, portanto, mais isenta dos efeitos provenientes do diuturno contacto com a língua que ficou prevalecendo.

Conseguida a *restauração histórica* do vocábulo, fácil será explicar como ele se alterou ou como evoluiu até nós, porque invariáveis e positivas são as leis filológicas que regem a espécie." ("O Tupi na Geografia Nacional", págs. 171-172.)

De acordo com esses princípios, que são verdadeiramente científicos, várias vezes tenho escrito acerca de tupinismos na língua portuguesa falada no Brasil, especialmente sobre a toponímia indígena. Respectivamente a topónimos originários do tupi-guarani que se grafam com "e" e com "i", com "o" e com "u", com "y" e com "i", com "c" ou "ç" e com "s" ou "ss", com "c" ou "qu", com "g" e com "j", com "x" e "ch", com "z" e com "s", com "c", "k" ou "ck" finais, hei dado a lume não poucos artigos em jornais e revistas brasileiras: no "Correio da Manhã" (21-VI-1942), no "Brasil-Portugal" (23-V, 27-VI e 25-VII de 1948), no "Boletim Geográfico" do Conselho Nacional de Geografia (ano VI, n.º 66, de Setembro de 1948), na "Folha da Manhã" (12-IX-48) de São Paulo, etc. Em Curitiba, capital do Paraná, publiquei um opúsculo intitulado "Curitiba perante a Filologia", no qual demonstrei a erroneidade do emprego do "o" e do "y" em o nome da capital da Terra dos Pinheirais, erroneidade que foi extirpada antes da Reforma Ortográfica de 1931. Últimamente, havendo o governador do estado de Goiás baixado decreto, a 28 de Maio de 1949, no qual designou uma comissão, da qual fiz parte, para emitir parecer sobre a correcta grafia do nome da capital daquele estado, elaborei um trabalho em que provei a erronia do "y" e do "z" naquele topónimo, concluindo pela correcta grafia de "Goiás", o que foi aprovado por S. Exa. por decreto de 28 de Fevereiro de 1950. E recentemente, havendo eu dado parecer sobre a grafia "Jussara", nome que a Divisão de Terras e Colonização da Secretaria da Agricultura de Goiás elegeu para baptizar a projectada cidade que vai ser construída naquele estado, mostrei a sem-razão de se grafar a palavra com "ss". Esse parecer foi publicado pelo jornal "O Popular", de Goiânia, em 11 de Junho de 1950, e pelo periódico "O Triângulo", de Uberaba (Minas Gerais), a 14 do mesmo mês e ano, e mereceu aprovação do referido governador, que, por decreto n.º 1.132, de 30 de Junho de 1950, determinou que o nome da localidade "Juçara" fosse escrito com "ç", e não com "ss".

Outrossim: sendo eu convidado a emitir parecer a respeito da grafia "Jiquié", nome de uma das cidades mais progressistas do estado da Baía, a prefeitura, o ginásio, as repartições públicas e, em geral, os habitantes daquela cidade e do seu município aceitaram imediatamente a correcção, passando todos a escrever "Jequié", forma tradicional e legal. (V. a página oficial da folha "Jequié", daquela cidade, edição de 19 de Novembro de 1949.) É de justiça proclamar que o secretário daquela prefeitura, Sr. ÉMERSON PINTO DE ARAÚJO, muito contribuiu com os seus artigos, estampados naquele periódico, para a difusão da grafia "Jequié".

A CONFERÊNCIA DE GEOGRAFIA DE 1926.

Também de conformidade com os ensinamentos daqueles dois eminentes mestres da tupilogia, estudei todos os topónimos brasileiros oriundos do tupi-guarani para serem usados nos mapas e nas publicações do Conselho Nacional de Geografia, fixando numerosas grafias que andavam erradas. Para tanto, segui e tomei em consideração as resoluções aprovadas pela Conferência de Geografia realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em Julho e Agosto de 1926, sempre que elas não colidissem com os princípios científicos apontados por aqueles mestres e com as normas do Acordo Ortográfico aprovado pelo decreto-lei n.º 8.286, de 5 de Dezembro de 1945. A dita Conferência resolveu que "os nomes de origem indígena da América do Sul devem ser equiparados aos do Brasil, aplicando-se-lhes o mesmo critério gráfico". Se às nações europeias assiste o direito de grafarem os topónimos estrangeiros em harmonia com a sua fonética e com o seu critério filológico, ao Brasil também assiste o direito de os escrever de conformidade com a pronúncia e com os factos observados na língua portuguesa, máxime quando se trata de nomes de origem tupi-guarani, que é, realmente, a língua brasílica. Por isso, é de louvar a resolução da Conferência de Geografia que se concretiza no seguinte preceito: "Os nomes de acidentes geográficos comuns ao Brasil e aos demais países sul-americanos sejam grafados de acordo com as regras atinentes aos nomes nacionais. Exemplos: *rio Paraguai, rio Uruguai, rio Javari.*"

Em relação a topónimos alienígenas, estabeleceu a Conferência de Geografia que “os nomes geográficos estrangeiros que já adquiriram forma vernácula, por tradução ou corruptela, em uso constante desde remotas épocas até os tempos hodiernos, continuem a ser grafados na forma portuguesa”. Vou dar um exemplo: Há séculos que se escreve *Liorne*, nome de uma cidade e porto da Itália, e assim o continuam a grafar os que têm amor à Língua. Temos o direito de adoptar essa grafia, assim como os aloglotas o têm de grafá-lo segundo o seu critério fonético: na Itália, *Livorno*; na Espanha, *Liorna*; em França, *Livourne*; na Inglaterra, *Leghorn*; etc. (V. o artigo de minha lavra, intitulado “Topónimos Estrangeiros”, na “Revista Brasileira de Geografia”, ano IX, n.º 3, de Julho-Setembro de 1947, depois refundido e publicado no “Jornal do Comércio” da Capital Federal, edição de 28 de Agosto de 1949.)

As normas capitais estabelecidas pela Conferência de Geografia para a escrita dos topónimos nacionais, e que dizem ordem aos de origem tupi-guarani, são as seguintes:

I. “Que se grafem com “j”, e não com “g”, o fonema “jê” dos nomes de origem indígena ou africana.”

II. “Que se grafem com “que” os finais dos nomes de origem indígena ou africana em que actualmente se emprega ora com “c”, ora com “k”, ora com “ck”.”

III. “Que se grafem com “x” o som chiante nos nomes de origem indígena ou africana.”

IV. “Que se substitua nos nomes de origem indígena ou africana o “y” pelo “i”.”

V. “Que se escreva “z”, e não “s” entre vogais, nos nomes de origem indígena ou africana.”

É claro que não se trata aí dos nomes a que se junta “s” no plural, e a esse plural se acrescenta “es” por analogia com os que terminam em “z”. O plural de “Goiá” é “Goiás”, que na grafia mista se escrevia “Goiaz”; perdendo-se a noção de que essa forma fosse plural, tomaram-na como singular e fizeram o plural com o acréscimo de “es”. Mas não resta dúvida alguma de que “Goitacases”, “Guaianases”, “Cataguases” devem escrever-se com “s”, visto que são plurais sobre plurais. Os plurais legítimos são “Goitacás”, “Guaianás”, “Cataguás”.

Quanto ao emprego do “h”, estatuiu a referida Conferência que seja ele suprimido nos nomes de origem indígena ou africana, mas fez excepções que se não coadunam com preceitos da actual ortografia, que não permite o seu uso no interior das palavras portuguesas nem aportuguesadas; permite, sim, o seu emprego no princípio dos vocábulos que legitimamente se grafam com ele e nos digramas “ch”, “lh” e “nh”. Mesmo nos compostos cujos elementos não se ligam por hífen, elimina-se o “h” do segundo elemento que a ele tem direito, como “desabitado”, “desarmonia”, “inospitaleiro”, “reaver”, etc. Hoje, não há como defender cacografias como “Bahia”, “Cuculhi”, “Icarahi”, “Parahiba” e outras que tais.

EMPREGO do “C” ou “Ç”, E NÃO DO “S” OU “SS”.

Com respeito ao emprego do “c” ou “ç”, “s” ou “ss”, preceitua a nova ortografia que se deve fazer a mais rigorosa distinção entre essas consoantes; e, entre os topónimos oriundos da língua tupi-guarani, as “Instruções” apresentam estes: “Araçuaí”, “Iguaçu”, “Ituaçu”, “Jací”, “Juçara”, “Manhuaçu”, “Moçoró” e “Paraguaçu”.

Insta notar que a Conferência de Geografia mandou se adoptassem as regras estabelecidas no “Formulário Ortográfico” da Academia Brasileira de Letras, o qual, actualmente, é o que foi aprovado por ela e pela Academia das Ciências de Lisboa em 2 de Outubro de 1945. Tais regras têm o seu fundamento na história da Língua.

Por força disso, os topónimos provenientes do tupi-guarani devem ser escritos com “c” ou “ç”, e não com “s” ou “ss”, salvo no princípio do vocábulo, porque o “Formulário Ortográfico” (“Instruções”) determina que “não se emprega “ç” em início de palavra”.

Se as “Instruções” preceituam que é com “c” ou “ç” que se devem grafar topónimos da língua brasileira, é porque os estudos feitos acerca do assunto, como o requer a ciência

filológica, chegaram a esse resultado. A Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa, representadas na Conferência de 1945 pelos seus delegados, absolutamente não aprovaram normas contrárias aos ditames da Ciência. Nenhuma voz se levantou em desfavor dessas normas, pois foram aprovadas por unanimidade.

RAZÕES E ARGUMENTOS.

Vou expor as razões e os argumentos que determinaram o emprego do “c” ou “ç” em nomes originários da língua dos Aborígenes. Uns e outros estavam presentes na Conferência Interacadêmica de Lisboa. Uns e outros foram detidamente examinados, ponderados e averiguados.

Dado o início da campanha em favor dos Índigenas em 29 de Março de 1549, os abnegados jesuítas entraram de aprender a língua brasílica, ouvindo os autóctones e escrevendo as palavras e frases que esses proferiam. Não tardou que aparecessem as primeiras gramáticas elementares daquele idioma selvagem. Meio século após da campanha, apareceu a “Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil”, feita pelo padre JOSÉ DE ANCHIETA, impressa em Coimbra por ANTÔNIO DE MARIZ em 1595. Essa é uma das melhores fontes para o estudo da língua indígena, “porque foi escrita, a bem dizer, entre os Índios e numa época em que a língua estava em pleno uso por todos”, consoante a opinião autorizada de PLÍNIO AIROSA. Logo na primeira folha dessa obra se lê isto: “Nesta língua do Brasil não há “f”, “l”, “s”, “z”, “rr” dobrado nem muta com líquida, ut “cra”, “pra”, etc. Em lugar do “s” in principio, ou médio dictionis serve “ç” com zeura, ut “Açô”, “çatâ”. Na folha 3, verso, acham-se as seguintes palavras: “çarôçara”, “irumoçara”, “çarbanáma”, “çararáma”, “çapórema”, “açem”, “anoçem”, “arogém”, “açô”, “amoçô”, “amoçôc”, “oçôc”. E em toda a obra não se depara uma só palavra tupi escrita com “s”.

PLÍNIO AIROSA, confrontando um manuscrito com a citada obra do padre ANCHIETA, transcreve dela mesma estas palavras: “ambiaci”, “ambiacibora”, “aipouçub”, “çugui”, “juçaçara”, “moromboeçára”, “oçôc”, “ocicic”, “pocê”, “papaçaba”, “paranâmbôra”, “turuçû” e “uceya”. Nem uma com “s”. (V. “Vocabulário na Língua Brasílica”, coordenado e prefaciado por PLÍNIO AIROSA, ed. de 1938, págs. 61 a 65.)

Como a do padre ANCHIETA, é obra fundamental para o estudo da língua tupi a “Arte da Gramática da Língua Geral dos Índios do Brasil”, publicada em 1611, do padre LUÍS FIGUEIRA, reimpressa por JOÃO JOAQUIM DA SILVA GUIMARÃES em 1851. (V. “Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Baía”, n.º 73, ano de 1946.)

Tratando das letras que se usam na língua dos Índios do Brasil, diz quais são, mas “ficam excluídas “f”, “l”, “s”, “z”. Falando acerca do “nome relativo”, declara na segunda regra: “Todos os nomes que começam por “ç”, com zeura, sendo relativos conservam o mesmo “ç”, ex. “çaba”....”

Um pouco adiante: “Todos os verbos activos, e não outros que se começam por “ç”, com zeura, conservam o tal “ç”, quando ficam relativamente ou quando o acusativo não fica imediatamente antes, ex. “Bae-catu ace Tapa-r-auçuba, Baecatu Tupã ace çauçuba.” (Cf. a citada “Revista”, pág. 62.)

Nessa gramática só se encontram palavras tupis escritas com “c” ou “ç”.

Entre vários trabalhos de valia incontestável, trago à colação a “Gramática da Língua Brasileira (Brasílica, Tupi ou Nheengatu)” de PEDRO LUÍS SYMPSON, na qual diz ele que “usaremos da letra s em vez do ç para principio de palavra, como por exemplo: *Sapocáia*, em lugar de *çapocáia* — galinha”. (Pág. 135.) A páginas 33 e 35 se lê isto: “Os aumentativos e diminutivos também se formam por meio de sinais, sendo *uaçu* e *reté* para o aumentativo; ex.: *Cu-rumi-uaçu*, rapagão. *Ia-qua-i-ma-reté*, toleirão.” (Sirvo-me da 4.ª edição. A 1.ª é de 1877.)

CONÇALVES DIAS, no seu “Dicionário da Língua Tupi”, edição de 1858, escreveu o seguinte: “Todos os nomes que começam por “ç”, quando são relativos, conservam o mesmo ç.” E registrou cento e noventa e sete palavras com “ç”. Ele não consignou vocabulos iniciados por “s”: da letra R passou para T. Sempre se vê “açü”, “guaçu”, “turuçu” na sua obra. Vejam-se, por exemplo, “arapuçu”, “atinguaçu”, “abá guaçu”...

Também BAPTISTA CAETANÓ, em seu "Vocabulário", não insere nem uma palavra indígena com "s".

O Dr. ANTÔNIO JOAQUIM DE MACEDO SOARES, que é, no conceito de JOÃO RIBEIRO, "o filólogo americanista de maior valor que possuímos", assevera que "o alfabeto guarani carece do "f" e do "s" sibilante". ("Estudos Lexicográficos do Dialecto Brasileiro", feitos de 1874 a 1890 e publicados na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" em 1942, vol. 177, pág. 227, nota 34.)

Vocábulos tupis e guaranis escreve-os ele, em geral, com "ç", como se pode verificar naquela obra, *v. g.*, nas páginas que indico: 25, "cabaçu"; 38, "içá" e "puçá"; 55, "anguçu"; 93, "caaguaçu" e "guaçu"; 94, "Jaguareteiguacu" e "Paraguaçu"; 95, "Jaguarucu"; 98, "jequici"; 102 e 167, "Caçurutiba"; 102 e 188, "Itaquaquetuba"; 103, "maçaranduba"; 146, "Araçuai"; 153, "itaquicé" e "mandaçai"; 159, "Uruguacu", "uruguacuçaçucaí", "çaçucaí" e "uru çaçucaí"; 167, Caçurubu", "çaçuru", "çuru", "çaçuruzal" e "caçurutiba"; 170, "mbaçai", "jiçara", "jiçara", "vaçai", "uaçai" e "uaçai"; etc.

No seu "Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa", edição de 1889, vêem-se numerosas palavras escritas com "c" e "ç": "andauacu", "Caboçu", "Paraguaçu", "tatuguacu", etc. Como, porém, desde a segunda metade do século XVII se começou a confundir o "ç" com o "s", nas obras do Dr. MACEDO SOARES se deparam alguns vocábulo indígenas escritos com essa consoante, como "Itacurussá", à página 170, o qual TEODORO SAMPAIO grafa com "ç" — "Itacuruçá", visto provir de "itá" mais "curuçá".

TELÉMACO BORBA, no seu interessante livro "Actualidade Indígena", edição de 1908, falando acerca da língua dos Caiguás, que, com pequenas diferenças, é a mesma dos Guaranis, arrola não poucos vocábulo com "c" e "ç", do que, para amostra, cito estes: "eci", p. 73; "iaci", p. 74; "eçá", p. 75; "tajaçu", p. 75; "guaçu", p. 76; "aeci", p. 86; "apicaçu", p. 106; "tunguçu", p. 107; "uçá", p. 107; "eçaemporá", p. 111; etc. No seu "Vocabulário Caiguá-Xavante", que faz parte da mesma obra, lêem-se estas palavras: "eci", "citata", "iaci", "eçá", "tajaçu", "etc. No "Vocabulário Caingangue e Guaranis", também no mesmo livro, encontram-se: "eçá raguê", "guaçu puican-pê", "necame uacu", "eçaí", "Y guaçu", "içapu", "jaci", "jaci guaçu", "jacitata guaçu", "kiçá", "kicé", "pindá ançá", "conomi uacu", "rendi guaçu", "javucé", "guaçu pucu", "guaçu", "guairaçá", "taiacu", "apicaçu", "ruguacu avá", "tunguçu", "uçá", "ijaici", "embaeraci", "eçá apu", etc. Só uma palavra se me deparou com "ss": "nhambuquassu", embora se encontre muitas vezes a forma "guaçu".

TEODORO SAMPAIO registra grande quantia de vocábulo indígenas com "c" e "ç" em "O Tupi na Geografia Nacional", 3.^a edição, publicada na "Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Baía", vol. 54, ano de 1928. No "Resumo da Gramática Tupi", que se acha a páginas 62-106, assevera ele que o tupi "não tem s sibilado e sim chiado, como em *synunga*, *sipó*, que outros escrevem *cynunga* e *cipó*, e que se hão-de pronunciar: *xinunga*, *xipó*." (Pág. 63.)

A páginas 71 ensina ele: "Os substantivos derivados de verbo se formam acrescentando ao infinitivo deste o sufixo *caba* ou bem *çaba*, *gaba*, *aba* ou *daba*, conforme o radical; assim por exemplo: de *epiaca*, ver, se forma *epiacaba*, a vista, a observação, o lugar de ver; do infinitivo *cyca*, tomar, colher, se faz *cycaba*, a tomada, a colheita; de *só*, ir, se faz *çoaba*, a ida; de *çoca*, picar, pungir, *çocaba*, a picada, a punção;" Na página 72: "Quando o substantivo verbal exprime o que faz a acção, o autor, emprega-se depois do infinitivo do verbo o sufixo *ara* ou *çara*, assim, por exemplo: de *caamondó*, caçar, *caamondoçara*, o caçador; *juçá*, matar, *juçaçara*, o matador; *mondá*, furtar, *mondaçara*, o ladrão." Na mesma página: "Os substantivos derivados de um adjectivo seguem a mesma regra: *catu*, bom, *catuçaba*, bondade; *guaçu*, grande, *guaçuçaba*, grandeza" Na página 75: ". . . . de *tãyaçu* ou *tanhaçu*, porco, *tãyaçuureiya*, porçada" Ainda nessa página: "O grau aumentativo no tupi se forma com a posposição ao nome, no grau positivo, de algum dos termos: *guaçu* ou *açu*, *êtê* ou *têy*; por exemplo: de *pará*, rio, *paraguaçu*, rio caudal, grande;" Na página seguinte: ". . . . *pirá*, o peixe ou os peixes; *pirá guaçu*, o peixe grande ou os peixes grandes." Na página 91: ". . . . *guaçu*, grande, *paguaçu*, vós sois grandes;" (Na errata, à página 399, corrige-se "paguaçu" para "peguaçu".)

No "Vocabulário Geográfico Brasilico", que se segue a "O Tupi na Geografia Nacional", de páginas 193-397, consignando a palavra "Açu", diz TEODORO SAMPAIO: "Açu adj. grande, considerável. Como substantivo significa — o veado. Alt. *oçu, uçu, guacu.*" (Pág. 197.) E registrando "Guaçu", ensina: "Guaçu, s., no tupi do Sul, exprime *veado*; no tupi costeiro diz-se *suaçu*, aliás *çoo-açu*, que quer dizer *a caça grande, animal de vulto*. Como adjectivo, exprime — *grande, grosso, largo, amplo*. No tupi primitivo, dizia-se *uaçu*; com o contacto do português, apareceu a letra *g* inicial, e se passou a dizer, na *língua geral, guacu*, como em quase todas as palavras começadas por *u*, da língua primitiva. Alt. *açu, oaçu, uçu.*" (Pág. 254.)

Nesse "Vocabulário" se vêem numerosas palavras terminadas por esse adjectivo-sufixo. Quem quiser certificar-se disso, bastará perlustrá-lo sem esforço algum. Vejam-se lá as seguintes, cuja grafia conservo intacta: "Andaçu", "Apeaçu", "Boiuçununga", "Cabuçu", "Cairuçu", "Coçu", "Copaubuçu", "Cuçu", "Eiruçu", "Embiruçu", "Emboaçu", "Engaguaçu", "Guaçu-boy", "Guaçupitã", "Hypuaçu", "Ibytyruçu", "Igaruçu", "Igoaguaçu", "Iguaguaçupe", "Iguaraçu", "Inuçu", "Ipauçu", "Ipiruaçu", "Ipuacu", "Iruçu", "Itapeaçu", "Itinguacu", "Ituaçu", "Janguruçu", "Jararacuçu", "Jeticuçu", "Jucuriaçu", "Leriçu", "Mandiçu", "Mboyuçu", "Minhocuçu", "Mogyguaçu", "Nhanduçu", "Nhuguaçu", "Oatapuçu", "Ocaruçu", "Panaçu", "Paranaçu", o mesmo que *Paranaguaçu*, "Picaçu", "Pindaguaçu", "Poacu", "Pocaçu", "Sabarabuçu", "Suaçucanga", "Tabarabuçu", "Tanhaçu", "Tapecaçu", "Taquaruçu", "Tayabuçu", "Tayaçu", "Tayaçupeba", "Tayaçuaiã", "Tijuaçu", "Tiquaruçu", "Tribuçu", "Tinguçu", "Turiçu", "Uruçu", "Uruçuí", "Uruçumirim", "Viruçu". (Declaro que dispensei os acentos gráficos de que se utilizou TEODORO SAMPAIO, como se usava antes das últimas reformas ortográficas.)

Muito é para notar que ele grafa palavras, incoerentemente, com "ss", por certo imitando a grafia de escritores alófilos, em especial a dos Franceses, como CLÁUDIO d'ABBEVILLE, IVO d'ÈVREUX, THEVET e JOÃO DE LERY, que escreviam vocábulos indígenas com "ss" em vez de "c" ou "ç". Porém as palavras grafadas com "ss" na obra de TEODORO SAMPAIO são seguidas, em geral, das formas originárias, que têm "c" ou "ç", qual se poderá verificar nas que seguem: "Acanguçu, s. c. *acang-uçu*", "Assu, v. *Açu*", "Boiussu, corr. *mboy-uçu* Alt. *Boiguaçu, Boiaçu, Boiçu*", "Boyguassu, corr. *mboy-guaçu*", "Boyguassuguaba, corr. *mboy-guaçu-guaba*", "Canguçu, corr. *acang-uçu*", "Cassununga, v. *Caçununga*", "Guapiassu, corr. *guapi-açu*", "Hyassu, corr. *y-açu*", "Imbirussu, corr. *ymbyr-uçu*" (cf. *Embiruçu*), "Mandaguassu, corr. *manda-guaçu*", "Manhuassu, antigamente *Manassu*, corr. *amana-açu*", "Suassu, corr. *çoo-açu* Alt. *Suaçu*" (cf. *Suaçucanga*). "Suassumé, corr. *çooaçu-mé*", "Suassupe, corr. *çooaçu-pe*", "Suassupitã, corr. *çooaçu-pitã*", "Sus-suapara, corr. *çooaçu-apara*", "Sussuarana, corr. *çooaçu-arana*", "Sussuhy, corr. *çooaçu-y*", "Taubussu, corr. *taú-b-oçu*", "Vupabussu, corr. *ypab-uçu* Alt. *Upabuçu, Vupabuçu*".

Evidente é que TEODORO SAMPAIO grafou estas últimas palavras com dois esses porque assim as viu escritas, e, consoante a ortografia do seu tempo, desregrada e incongruente, não teve ânimo de consertá-las, dando-lhes as formas indicadas pelos étimos que ele mesmo apontou. Vivesse ele hoje, para gáudio e lustre das letras e da ciência, não tenho dúvida alguma em asseverar que tais palavras figurariam em nova edição do seu "Vocabulário" com estas grafias: Acanguçu, Açu, Boaçu, Boiguaçu, Boiguaçuguaba, Canguçu, Caçununga, Guapiaçu, Iaçu, Embiruçu, Mandaguaçu, Manhuaçu, Suaçu, Suaçumé, Suçupe, Suaçupitã, Suçuapara, Suçuarana, Suçuí, Taubuçu, Vupabuçu. Ele não poderia deixar de ser coerente, escrevendo estas como grafou as sessenta e seis supracitadas.

O Dr. PLÍNIO AIROSA, cuja competência está acima de todo o elogio, é autor de várias obras sobre os idiomas autóctones, nas quais os veros conhecedores da matéria lhe reconhecem a capacidade singular de observador dos factos e de pesquisador austero dos antigos textos onde os jesuítas deram forma gráfica às palavras dos Tupis e Guaranis. Se nessas obras ele adoptou a grafia mista, foi porque de outra não se podia valer; por isso, não raro se depara nos seus trabalhos alguns vocábulos escritos em harmonia com o mistifório ortográfico anterior à reforma de 1931. Mas é patente o seu desejo, manifestado em diversas ocasiões, algumas em cartas com que me honrou, de regularizar e fixar a grafia das palavras de origem tupi-guarani.

O curso que ele deu, em 1933, da “suave, elegante e copiosa” língua dos Aborígenes foi enfeitado em volume, no mesmo ano, com o título “Primeiras Noções de Tupi”. Nele se encontram inúmeras palavras escritas com “c” ou “ç”, do que sejam boa prova as seguintes: “Tibireçá”, p. 50; “Pindouçu”, aí mesmo; “Araçatuba”, p. 53; “açú”, “uçú”, “uaçu”, p. 55; “caaguaçu”, “abaguaçu”, “paraguaçu”, “igaraçu”, “turiacu”, na mesma página; “çaiçu”, “çaiçupyra”, p. 60; “maçapira”, p. 61; “oiépêguaçu”, p. 62; “guaçu”, “guaçuetê”, p. 63; “açô”, “araçô”, p. 79; “çaba”, “çara”, “çaiçu”, “juçaçaba”, “oataçara”, “iuciçara”, “iuciçaba”, “soroçara”, “çaiçuará”, “çaiçuçaba”, p. 81; “çaiçu”, “içaiçupyra”, p. 82; “açô”, “çupê”, “çocê”, “Itaçocê”, p. 84; “çuí”, “çupi”, “Curaçá”, p. 85; “terecê”, “çupi-catu”, p. 87; “çaê”, p. 88; “çooetá”, “Boiaçu”, “curumin-uçu”, “moçapira”, p. 95; “miaçu”, “çupê”, “oçuxara”, “oçô”, p. 96; “itaguaçu”, p. 102; “curuçá”, p. 103; “piracicaba”, “araçatuba”, p. 105; “urubuqueçaba”, p. 106; “çaiçara”, p. 107; “içá”, “paçoca”, p. 108; “Araçapeba”, p. 135; “Araçoiaba”, aí mesmo; “Cabuçu”, p. 140; “Itacuruçá”, p. 148; “Piaçaba”, p. 155; etc. Como ele escreveu em conformidade com a ortografia vigente em 1933, não podia menos de seguir as formas então usuais, como “Engaguassu”, “Piassabussu”, etc.

Hoje, porém, ninguém duvidará de que ele escreva essas palavras com “c” ou “ç”, pois há muito que aspira a ver uniformizada a grafia dos vocábulos indígenas, e essa uniformização exige que eles sejam escritos com “c” ou “ç”, com exceção única do “s” inicial por “ç” (c cedilhado).

PARECER DE RODOLFO GARCIA.

Em nossos dias inda há quem se bata pela grafia dos nomes tupis e guaranis com dois esses. A 30 de Março de 1933, no mesmo ano em que o Prof. PLÍNIO AIROSA tirou à praça as “Primeiras Noções de Tupi”, o insigne académico RODOLFO GARCIA apresentou à Comissão do Dicionário da Academia Brasileira de Letras um parecer, que foi aprovado, manifestando-se favorável à escrita das palavras indígenas com “ss”. O que, todavia, é de admirar naquele parecer é que o ilustre homem de letras tirou uma conclusão inteiramente contrária às premissas que ele próprio estabelecera. Se não, veja-se: “O adjectivo tupi *açu*”, disse ele, “deriva-se do verbo *çur*, crescer, aumentar, exrescer, com o prefixo *a* e significa: *grande, crescido, grosso, encorpado*, etc., juntando-se, em geral, aos nomes com o valor de sufixo aumentativo; na composição aparece também *oçu, uçu*, mais frequentemente *guaçu*, e algumas vezes *turuçu*. É a lição de BAPTISTA CAETANO Os jesuítas que foram os elaboradores da Língua, sempre escreveram com *ç* a palavra em apreço. Assim aparece ela nas gramáticas de ANCHIETA, de FIGUEIRA, de MONTROYA; nos catecismos de ANTÔNIO DE ARAÚJO, de BARTOLOMEU DE LEÃO, de BETENDORF; no vocabulário anónimo, que se sabe ser da autoria de frei CONCEIÇÃO VELOSO; e em todas as relações dos primeiros séculos. Frei VICENTE DO SALVADOR, autor da primeira “História do Brasil” escrita por Brasileiro de nascença, era com *ç* que grafava esse adjectivo e mais palavras a que ele se pospunha: “. . . . deu DUARTE COELHO ordem a se fazer a vila de Igaracu” (Livro II, cap. 8.^o) — “. . . . se foi com os mais outras cinquenta léguas, onde nasce o rio Paraguaçu” (Livro IV, cap. 24) Frei JABOATÃO, também Brasileiro, autor do “Novo Orbe Seráfico Brasilico”, 1.^a ed., Lisboa, 1761 (2.^a ed., 1858): “*Guaçu* quer dizer *grande*, como é vulgar na Língua” (Digr. III, § 32.) AIRES DO CASAL, “Corografia Brasileira”: “O *jararacuçu* é verde-negro” (1.^a ed., vol. I, pág. 72.) Monsenhor PIZARRO, “Memórias Históricas do Rio de Janeiro”: “Na linguagem portuguesa o nome *Gato* importa tanto como o de *Maracayaguaçu* entre os Índios Temiminós” (Vol. I, pág. 106.) VARNHAGEN, “História Geral do Brasil”: “. . . . deu princípio a uma casa de feitoria junto do rio denominado pelos Índios de *Igara-açu*, ou da canoa grande” (1.^a ed., págs. 37-38.) O mesmo, “História das Lutas com os Holandeses”: “Afinal só na manhã seguinte puderam apresentar-se diante de Igaracu.” (1.^a ed., pág. 60.) Muitos outros exemplos, tirados de cronistas e historiadores, podiam ser trazidos à colação; mas é preferível examinar a questão entre os autores que no Brasil se ocuparam da língua tupi, cuja abonação por isso mesmo deve merecer maior fé. Entre esses autores, GONÇALVES DIAS tem de ser considerado em primeiro lugar. Em seu “Dicionário da Língua Tupi”, Lúpsia, 1858, encontram-se, entre muitos outros exemplos da grafia *ç*: “*Abaguaçu*, guerreiro

ilustre pelas suas façanhas.” (Pág. 3.) — “*Anamaoçu*, basto, v. g. mato, capim.” (Pág. 16.) — “*Goaçu*, grande.” (Pág. 59.) — “*Turuçu*, grande.” (Pág. 176.) FERREIRA FRANÇA, “*Crestomatia da Língua Brasilica*”, Lipsia, 1859: “*Abóbora: geremu-guaçu*.” (Pág. 3.) — “*Grande cousa: mbaé turuçu*.” (Pág. 74.) — “*Lua cheia: jacy obaguaçu*.” (Pág. 87.) COSTA RUBIM, “*Vocabulário Brasilico*”, Rio, 1853: “*Baguaçu*, árvore do mato virgem.” (Pág. 8.) — “*Canguçu*, espécie de onça, de *acanga*, cabeça, *oçu*, grande.” (Pág. 17.) COUTO DE MAGALHÃES, “*O Selvagem*”, Rio, 1876: “Os adjectivos *turuçu*, grande, e *mirim*, pequeno, são de um uso muito frequente nesta língua. Este *turuçu* em composição perde a primeira sílaba e fica *açu* ou *uaçu*, assim: peixe, *pirá*; baleia, *piráçu*; mar, *pará*; oceano, *paranauaçu*”, etc. BARBOSA RODRIGUES, “*Vocabulário Indígena Comparado*”, Rio, 1892: “Se o natural tivesse querido dizer “grand cours d’eau”, diria *ykauakuã uaçu*.” (Pág. 14.) O mesmo “*Vocabulário Indígena com Ortografia Correcta*”, Rio, 1893: “*Açu*, adj.: grande; suf.: mostra aumentativo.” (Pág. 2.) JOSÉ VERÍSSIMO, “*As Populações Indígenas da Amazônia*”, in “*Revista do Instituto Histórico*”, vol. I, parte 1.^a, pág. 354: “. . . . cobra grande, traduzido *mboiaçu*, tupi-guarani, é objecto de uma crença supersticiosa” TEODORO SAMPAIO, o mais entendido entre os modernos sabedores da Língua, em seu “*Tupi na Geografia Nacional*”, São Paulo, 1901, ensina: “O grau aumentativo no tupi se forma com a posposição ao nome, no grau positivo, de algum dos nomes *guaçu*, ou *açu*, *etê* ou *têy*; por exemplo: de *pará*, rio, *paraguaçu*, rio caudal, grande”, etc. (Pág. 28.) Para encerrar esta lista, duas gloriosas autoridades podem ser citadas: MARTIUS, em seu “*Beiträge zur Ethnographie*” e em seus “*Glossaria Linguarum Brasiliensium*”, e JULIUS PLATZMANN, em seus numerosos trabalhos originais ou de reprodução de outros. Ambos esses autores sempre escreveram com ç os termos em questão. Cumpre notar que os Espanhóis, para a escrita desses mesmos termos, adoptaram o z, que equivale ao ç português. GABRIEL SOARES escreveu *Potiuçu*, com ç, e do mesmo modo todos os vocábulos em que entra aquele sufixo Entre as duas escritas, não pode haver dúvida que a primeira é que devia vigorar [com c cedilha] não só pela sua procedência e precedência, como também porque, em boa prosódia, há que distinguir o som ç do som s=ss.” (V. a “*Revista da Academia Brasileira de Letras*”, vol. 42, págs. 96 a 100.)

Essas eruditas citações levariam quem quer que seja a usar sempre o c ou c cedilhado em palavras provenientes das línguas indígenas; contudo, RODOLFO GARCIA concluiu ilógicamente por mandar adoptar o “s” ou “ss” em tais vocábulos, por isso que “a grafia com ss tende a generalizar-se”. Tendia, naquela ocasião, a se generalizar, mas entre as pessoas que não se davam aos estudos da Tupiologia. A verdade é que muitos conheci eu que absolutamente não escreviam com “s” ou “ss” nenhuma palavra oriunda do tupi-guarani, salvo no início dela, para substituir o “ç”. Tenho certeza de que o luminar da Academia Brasileira de Letras, se vivo fosse, concluiria hoje o seu parecer mandando que se grafassem os vocábulos indígenas com “c” ou “ç” em vez de “s” ou “ss”, de acordo com os seus próprios argumentos, tão brilhantemente expendidos.

FILÓLOGOS BRASILEIROS E LUSITANOS.

Existe no Paraná um verdadeiro filólogo, tão grande quão modesto, que é o Prof. DR. ROSÁRIO FARANI MANSUR GUÉRIOS, autor de obras importantíssimas sobre a nossa língua e a dos Aborígenes. Não contente com os estudos livrescos a respeito dos nossos Índios, tem ido várias vezes ouvir diversas tribos na hinterlândia brasilica, colhendo elementos para elaborar trabalhos de subido valor. Nesses trabalhos ele dá preferência ao “c” ou “ç”, em vez do “s” ou “ss”, na grafia dos vocábulos indígenas. *Verbi gratia*: “*tanhaçu*” e “*taiaçu*” a páginas 13 e 14 dos “*Novos Rumos da Tupinologia*”, ed. de 1935; “*Apacé*”, “*puçá*”, “*viruçu*”, “*içaúba*”, “*igaçaba*” e “*tanhaçu*” a páginas 159, 160, 161 e 163 dos “*Pontos de Gramática Histórica Portuguesa*”, ed. de 1937; na página 13 dos “*Estudos sobre a Língua Caingangue*”, ed. de 1942, tratando do consonantismo, não fala no “s”; “*ruçá*”, “*haçus*” e “*nhança*” a páginas 300, 301 e 303 dos “*Estudos sobre a Língua Camacã*”, ed. de 1945; no “*Dicionário das Tribos e Línguas Indígenas da América Meridional*”, tomo I, ed. de 1948, vêem-se estas palavras: “*açamata*”, p. 15; “*Açogue*”, p. 17; “*Airaçu*”, p. 23; “*Amiçuano*”, p. 29; “*Anacé*”, p. 31; “*Araça*”, p. 42; “*Arapaçu*”, p. 45; “*Ariraçu*”, p. 53; e no tomo II, ed. de 1949: “*Baçarana*”, p. 70; “*Mbaia-guaçu*”,

p. 74; “Buiçaco”, p. 85; “Iguaçu”, p. 95; “Calabaça”, p. 99; “Camuçuara”, p. 106; “Carajauçu”, p. 117; “Categuaçu”, p. 129; “Ibuaçu”, p. 136. É que ele sabe terem os jesuítas representado o fonema indígena “cê” por “c” ou “ç”, porque esse fonema coincidia com a pronúncia desta letra no século XVI, que era, aproximadamente, “tç”.

O nosso bom gramático e filólogo JOÃO RIBEIRO achava que “açu” era melhor escrita que “assu”, tanto no topónimo “Iguaçu” “como nas outras palavras que o contêm: *ig-açu*, água ou rio grande”. E aconselhava: “Na grafia dos vocábulos tupis *c* e *ç* devem ser preferíveis a *s* ou *ss*.” (V. “Iguassu” em o “Novo Dicionário Enciclopédico Ilustrado da Língua Portuguesa” de SIMÕES DA FONSECA, refundido por JOÃO RIBEIRO, ed. de 1926.) Nessa mesma obra inscreveu ele “possoca”, mas remeteu o leitor à forma lídima: “V. *Poçoca*. Em geral, deve procurar-se com *ç* as palavras que contêm *ss* ou *s* não inicial, nos termos brasílicos.” E no artigo “Tupi” expressou o desejo de se substituir o esse geminado por “ç” em palavras indígenas.

O sábio mestre Dr. ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO escrevia com “ç” as seguintes palavras: “araçá”, “guauçá”, “igaçaba”, “muriçoca”, “uruçu”, “açu”, “cabuçu”, “Iguaçu”, etc. (V. “Serões Gramaticais, 2.^a ed., págs. 217 e 843; 3.^a ed., págs. 203-4 e 763; 4.^a ed., 217 e 843.) Nem podia deixar de as escrever assim, porquanto em palavras de línguas analfabéticas só se deve adoptar grafia fonética — “um símbolo para cada fonema, e daí a preferência do “ç” ao “s” geminado, como diz acertadamente o distinto Prof. ARION DALL’IGNA RODRIGUES do Colégio Estadual do Paraná. Outro ilustre professor, Dr. FARIS ANTÔNIO S. MICHAEL, só usa o “c” ou “ç”, em vez de “s” ou “ss”, no seu “Manual de Conversação da Língua Tupi”, ed. de 1951.

Ninguém no Brasil escreveu acerca da ortografia simplificada mais erudita, cabal e minuciosamente do que o doutíssimo professor MIGUEL DALTRÓ SANTOS. A sua “Fundamentação da Grafia Simplificada” (2.^a edição, 1941) é verdadeiro arsenal de conhecimentos linguísticos, que satisfaz a pleno aos consultores mais exigentes. O mestre engenhou essa obra para explicar, comentar e elucidar as regras da ortografia aprovada pelos decretos de 15 de Junho de 1931 e de 2 de Agosto de 1933, alterada pelo decreto-lei n.º 292, de 23 de Fevereiro de 1938. Nesse trabalho magistral, à página 120, ensina ele: “O -ç- sibilante inicial antes de -a-, -o-, -u-, que se encontra nas formas regulares antigas está totalmente banido, por contrário ao uso, que o repele. O -s- ocupa-lhe o lugar O mesmo se dá com as formas tupis grafadas com -ç-, que se muda em -s- no início das palavras” Na página 128: “O -ç- sibilante ou fricativo, intervocálico provém, em geral: da sibilante tupi (melhor do que *ss*).” E em nota no baixo dessa página: “Nos vocábulos de procedência indígena, melhor fora que se grafasse com o sinal -ç- todo som sibilante medial. Evitar-se-ia, destarte, a constante duplicidade de escrita e lograr-se-ia, afinal, a uniformidade, que se faz mais e mais necessária.”

Esta é a voz do bom-senso, da razão e da ciência, porque, sendo sòmente oral a língua dos Aborígenes, o som sibilante surdo que os jesuítas ouviam da boca dos habitantes das selvas era por eles representado por “ç” seguido de “a”, “o”, “u” e por “c” antes de “e”, “i”, tanto mais quanto este som, no tempo em que eles o literavam, não se confundia com o do “s” ou “ss”. E, irredarguivelmente, “são a etimologia e a imitação dos escritores anteriores ao XVII século que devem regular a selecção entre “ç” e “s”, como ensina o maior dos ortógrafos da língua portuguesa — GONÇALVES VIANA (“Ortografia Nacional”, ed. de 1904, pág. 111).

É de mister não esquecer que a ortografia simplificada se baseia na grafia antiga.

Que o “ç” ou “c” antes de “e” ou “i” não soava como “s” ou “ss” é fora de toda a dúvida. Di-lo o mesmo GONÇALVES VIANA em a referida obra, a páginas 31, 147 e 265, em especial na página 115, onde se lê isto: “É sabido que, tanto nos nomes do Brasil como nos das duas Américas, colonizadas por Espanhóis, o som da sibilante forte foi sempre representado por ç e não por s; e quem ignorar qual fosse o valor do s na Península Hispânica, ficará sem entender as afirmativas dos escritores espanhóis e portugueses que se ocuparam dos idiomas do Novo Mundo, quando asseveram não existir neles a letra s: isto é, o som s, visto que tais idiomas eram e são analfabéticos.”

Por isso mesmo foi que ele estabeleceu esta regra, que se adoptou na Conferência Interacadémica de 1945: “Distinção rigorosa entre ç (*ce*, *ci*) e s inicial, ou *ss* entre

vogais.” (Cf. as “Instruções”, n.º 27 e n.º 29, letra *l.*) Porém não se aprovou a grafia com “ç” inicial de palavra.

Outros filólogos de renome afirmam o mesmo que asseverou GONÇALVES VIANA em relação à pronúncia diversa de “ç” ou “c” (*ce, ci*) e “s” ou “ss” na língua antiga, pronúncia que ainda hoje se observa em certas regiões lusitanas. Haja vista aos testemunhos seguintes:

“Na antiga língua literária distinguia-se claramente *s* de *ç*, e *s* [intervocálico] de *z*, como hoje ainda acontece popularmente em algumas regiões.” (LEITE DE VASCONCELOS: “Lições de Filologia Portuguesa”, ed. de 1911, pág. 178.)

“Até ao século XVI a pronúncia geral distinguia *s* de *ç*, e *s* intervocálico (-*s*) de *z*. Esta distinção mantém-se ainda em várias localidades da Beira e das raías transmontana e minhota.” (*Idem, ibidem*, pág. 372.)

“O povo distingue a pronúncia de *s* (*ss*) e *ç* (*ç+e, i*) Tal distinção de pronúncia observa-se na língua antiga de todo o país; funda-se em razões etimológicas.” (*Idem*: “Estudos de Filologia Mirandesa”, vol. I, pág. 34. V. também a sua “Esquisse d’une Dialectologie Portugaise”, pág. 114.)

“Os antigos escreviam ora *ç*, ora *s*, porque a pronúncia dos dois sons era diversa A diferença entre *s* e *ç* ainda hoje se nota nas raías de Trás-os-Montes e Minho, e em parte da Beira Os antigos pronunciavam *ç* ou *s*, conforme o étimo da palavra. Eles não sabiam, em regra, qual era o étimo, mas seguiam a tradição espontânea. Quando o étimo era tal, que da evolução fonética resultara instintivamente *ç*, pronunciavam *ç*, quando resultara instintivamente *s*, pronunciavam *s*. A regra que vale para *ç* vale para *ce* e *ci*; e a que vale para *s* vale para *ss*.” (*Idem*: “Opúsculos”, vol. I, págs. III-IV dos *Aditamentos*.)

“Note-se que as transformações indicadas para o *c*, quer inicial, quer medial antes de *e, i*, se referem à língua literária moderna, pois não sucedia o mesmo na arcaica, que pronunciava diferentemente o *ç* (*c+e, i*) do *s* (*ss*), como ainda o fazem alguns dialectos.” (JOSÉ JOAQUIM NUNES: “Crestomatia Arcaica”, 2.ª ed., pág. LIV.)

“S inicial, medial (*ss*) e final tinha originariamente e tem ainda no Norte do País um som diferente de *ç*, que hoje tem na língua culta e centro e Sul, isto é, proferia-se “com a parte anterior, um tanto côncava, da ponta da língua no convexo das gengivas dos incisivos superiores. . . : lembra no efeito acústico *sx* reunidos”.” (DAVID LOPES: “Textos em Aljama Portuguesa”, ed. de 1940, pág. 22.)

Daí se depreende que os gramáticos e vocabulistas do século XVI, a despeito de não serem filólogos, de não conhecerem a etimologia das palavras, faziam a literação dos vocábulos indígenas seguindo a tradição espontânea, escrevendo com “c” e com “ç” as dicções que ouviam da boca dos Índios. Hoje, cumpre seguir esta grafia, e não a anti-etimológica, a anti-histórica e falsa escrita com “s” ou “ss” em palavras oriundas do tupi-guarani. “Escreve-se com *s* ou *ç*, conforme a ortografia antiga”, ensina LEITE DE VASCONCELOS (“Opúsculos”, I, pág. III dos “Aditamentos”), como o ensinam GONÇALVES VIANA, o padre MAGNE e todos os que sabem que a Ortografia é um dos ramos da Filologia.

Isso de afirmarem que em vocábulos indígenas se deve preferir o “s”, porque “é o símbolo fonético internacional” ou porque “a tradição gráfica” de tais vocábulos “sempre foi a de escrevê-los com essa letra”, não tem fundamento científico nenhum, visto que vai de encontro às normas seguidas pelos maiores etimologistas e pelos mais insignes sabedores da ciência da linguagem. Na língua portuguesa, não se há de adoptar uma letra desaconselhada pela etimologia e pela história, para se ir na onda traiçoeira da grafia alienígena. Cada língua tem a sua fonética e por ela se gira.

Alguns se baseiam no visconde de BEAUREPAIRE-ROHAN, nosso patricio, que no seu “Dicionário de Vocábulos Brasileiros” (ed. de 1889) preferiu o “s” ou “ss” ao “c” seguido de “e” ou “i” e ao “ç” antes de “a”, “o”, “u”. Mas fê-lo por supor que o “s” “é o símbolo fonético internacional” ou que ele representa “a tradição gráfica”? De maneira alguma. Ele adoptou o “s”, como também o “ss”, por esta “razão” muito “científica”: o “c” cedilhado poderia aparecer sem a cedilha, porque o escritor se esquecerá de sotopô-la a essa consoante, de maneira que palavras como “araçari”, “jaçaná”, etc., apareceriam como “aracari”, “jacaná” . . . Por certo, ele corrigiria o “acô” da “Arte” de ANCHIETA, que se esqueceu (ou o copista) de pôr a cedilha, para “assô”, de conformi-

dade com a sua cerebrina orientação. (V. "Vocabulário na Língua Brasileira", coordenado e prefaciado por PLÍNIO AIROSA, pág. 62.)

O que é verdadeiramente científico é escrever-se com "ç" ("ce", "ci") ou com "s" ("ss") a palavra que etimologicamente requer um ou outro destes símbolos. "Os sons que se representavam por *ss* ou *s* [intervocálico] têm uma origem, e os que se representavam por *ç* ou *z* têm outra." (LEITE DE VASCONCELOS: "Lições de Filologia Portuguesa", ed. de 1911, pág. 178.)

"Coube a *ç* (ou *c* antes de *e*, *i*), e não a outra letra, o papel de representar sibilante pura exactamente como *cin* árabe." (SAID ALI: "Revista de Cultura", números 131 e 132, pág. 300.)

O "s" ou "ss" têm a sua história, têm base em palavras oriundas do latim, do grego, do italiano, do espanhol, do francês, do árabe, etc. O fonema "cê", porém, de línguas indígenas, seja qual for, litera-se por "c" (*ce*, *ci*) ou "ç" (*ça*, *ço*, *çu*), visto não haver nenhuma razão histórica nem fonética favorável à literação com "s" ou "ss". O "s" medial português, surdo, proveio: de "s" latino precedido de consoante ou de "x", como o exemplificam estas palavras: "absintio", de *absinthium*; "obsoleto", de *obsoletum*; "subsecivo", de *subsecivum*; "exsudar", de *exsudare*; "excelso", de *excelsum*; "ascensão", de *ascensionem*; "lapso", de *lapsum*; "remorso", de *remorsum*; "ânsia", de *anxia (ancsia)*. Originou-se também do "s" (sigma) grego: "rapsódia", de *rhapsódia*; do "s" francês: "persiana", de *persienne*; do "s" italiano: "falsete", de *falsetto*; do "s" castelhano: "salseira", de *salsera*. E o "ss" derivou: de "s" ou "ss" latinos: "sussurrar", de *susurrare*, "obsesso", de *obsessum*; de "x" latino: "disse", de *dixi*; de "ps", "rs" latinos (por assimilação): "esse", de *ipse*, "pêssego", de *persicum*; de "s" (sigma) ou "ss" gregos: "esquistossomo", de *schistosomon* (latim científico *schistosomum*), "glossócomo", de *glossókomon*; de "s" ou "ss" italianos: "cassino", de *casino*, "bússola", de *bussola*; de "s" espanhol: "passacale", de *pasacalle*; de "ss" francês: "massagem", de *massage*; de "x" árabe (xine): "alvíssaras", de *al-buxra*. E o "s" ou "ss" com que alguns têm escrito vocábulos indígenas donde é que vêm? Como o tupi e o guarani são línguas exclusivamente orais, portanto analfabéticas, os seus fonemas foram e são representados por letras do nosso alfabeto; e como não tinham nem têm fonema representado pelo "s" surdo, segundo o testemunho dos grandes mestres supra-mencionados, é fora de toda a dúvida que o fonema "cê" desses idiomas deve ser literado com "c" ou "ç".

GRAFIA DE PALAVRAS INDÍGENAS NOS VOCABULÁRIOS ORTOGRÁFICOS.

Fundado nesses argumentos e nessas verdades científicas, tive de corrigir algumas grafias inexactas que havia no "Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", edição de 1940, a fim de as registrar no "Pequeno Vocabulário Ortográfico" de 1943 e, quatro anos após, no "Vocabulário Resumido" de 1947. De facto, emendei as palavras "Assu", "Iguarassu", "Iguassu", "Mossoró", "Turiassu", "empassar", "murassanga", "mussungue", "mussurana", "urussacanga", "vossoroca", etc., dando-lhes as formas consentâneas à pronúncia do tupi-guarani e à fonética da nossa língua: "Açu", "Iguaraçu", "Iguaçu", "Moçoró", "Turiacu", "empaçoçar", "muraçanga", "muçunguê", "muçurana", "uruçaganga", "voçoroca" (variante d *boçoroca*), etc.

Na Conferência Ortográfica de Lisboa se tomou na maior consideração o tupi-guarani, fundando-se as comissões no registro feito no "Pequeno Vocabulário" de 1943. Assim que, no Relatório apresentado sobre as "Conclusões Complementares do Acordo de 1931" ficou estabelecida a "regularização do emprego das consoantes homófonas: *ch* e *x*; *g* palatal e *j*; sibilantes surdas *s*, *ss*, *c*, *ç* e *x*; *s* final de sílaba e *x* idênticos; *s* final de palavra e *x* idênticos; sibilantes sonoras interiores *s*, *x* e *z*, segundo o critério adoptado no "Vocabulário" de 1943", bem como a regularização do "emprego do hífen em palavras formadas com sufixos de origem tupi-guarani, que representam formas adjectivas, como *açu*, *guaçu* e *mirim*, quando o primeiro elemento acaba em vogal acentuada gráficamente ou quando a pronúncia exige a distinção gráfica dos dois elementos".

Tudo isso foi regularizado, tendo-se em vista as conclusões da Conferência de Geografia de 1926, tirante a que se refere ao emprego da sibilante surda.

Para se verificar quanto se obedeceu a essas regularizações, bastará passar breve revista às "Instruções" para a organização do "Vocabulário" de 1947 e ao seu registro no

corpo da obra. Nelas se exarou o seguinte preceito: "27. Deve-se fazer a mais rigorosa distinção entre os vocábulos parónimos, homófonos e os que se escrevem com *e* e com *i*, com *o* e com *u*, com *c* e *qu*, com *ch* e *x*, com *g* (palatal) e *j*, com as sibilantes surdas *s*, *ss* e com *c*, *ç* e *x*, com *s* final de sílaba e com *x* também final de sílaba, com *s* final de palavra e *x*, *z* também finais de palavras, e com as sibilantes sonoras interiores *s*, *x* e *z* — tudo em harmonia com o critério adoptado no *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, edição de 1943."

Em obediência a esse preceito, fixaram-se as grafias: "Jequié" (n.º 29, *a*); "Goiás", "Goitacás" e "Tapajós" (*ibidem*, *j*); "açai", "açu", "Araçuaí", "babaçu", "baguaçu", "cipó", "Iguaçu", "Itaçu", "jaçaná", "Jaci", "Juçara", "Manhuaçu", "Moçoró", "paçoca", "Paraguaçu" (*ibidem*, *l*); "Xuí" (n.º 30, *a*), além de outras originárias do idioma tupi-guarani. Em o n.º 32, 6.º, ficou estabelecido: "Nos vocábulos formados por sufixos de origem tupi-guarani, como *açu*, *guaçu* e *mirim*, quando o exige a pronúncia e quando o primeiro elemento acaba em vogal acentuada gráficamente", emprega-se o hífen: "capim-açu", "capim-mirim", "sabiá-guaçu", "arumá-mirim", "amoré-guaçu", "ajuruetê-açu", "açai-mirim", "socó-mirim", "teíu-açu", etc.

Outras palavras da mesma origem se acham nas referidas "Instruções", como "Guanabara", "Tietê", "Tupinambás" (n.º 36, 2.º); "Jequieenses" (*ibidem*, obs. 5.ª); "Tabajaras", "Jequié" (*ibidem*, 7.º, obs. 2.ª); "Juçara" (*ibidem*, 15.º, obs. 1.ª), etc.

E no texto do "Vocabulário" nem uma só palavra proveniente do tupi-guarani está escrita com "s" ou "ss", mas, sim, com "c" ou "ç". Vejam-se, para exemplos, "açu", "babaçu", "guaçu", "paçoca", "piracema", "piracicaba"...

Seguindo o aludido preceito, o Dr. REBELO GONÇALVES inseriu com "ç" no seu magnífico "Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa", edição de 1947, os vocábulos dessa proveniência. (Vejam-se "caçara", "Iguaçu", "juçara", "Paraguaçu", "quiçaba", "uruçu", etc., na lista das palavras que se escrevem com "ç" [págs. 35-39].)

TOPÓNIMOS BRASILEIROS DE ORIGEM TUPI-GUARANI.

Para o Conselho Nacional de Geografia organizei uma lista completa dos topónimos brasileiros, a fim de figurarem nas cartas geográficas de todo o País, merecendo-me especial atenção os de origem indígena, que foram estudados com particular carinho. Muitos deles estavam, até então, mal grafados, e não era nem é possível que o estado de civilização do Brasil tolere cacografias como as que se usavam. De acordo com as normas da ortografia aprovada pelo decreto-lei n.º 8.286, de 5 de Dezembro de 1945, os topónimos brasileiros (nomes de municípios e distritos até 1948) oriundos do tupi-guarani devem ser escritos da seguinte maneira: Açai, Acaraí, Acaraú, Açaré, Acaú, Aceguá, Aco-piara, Acorizal, Açu, Açu da Torre, Açungui, Acuruí, Aguai, Aguapeí, Aguti, Aicaraú, Aimorés, Aiquara, Airi, Airituba, Aiuaba, Aiuruoca, Ajicê, Ajuricaba, Ajuritiba, Alambari, Além-Paraíba, Alto Araguaia, Alto Capim, Alto Guandu, Alto Parnaíba, Alto Sucuriú, Alto Uruguai, Amanaiara, Amanari, Amaniú, Amapari, Amaraji, Amatari, Amataurá, Anacetaba, Anajás, Anajatuba, Anajé, Anamã, Ananindeua, Anauá, Andaraí, Andiroba, Angai, Angatuba, Angoritaba, Anguera, Angueretá, Anhangá, Anhembí, Anhumas, Apeú, Apiaí, Apinajé, Apiúna, Apuiarés, Aquidabã, Aquidauana, Aquirás, Arabutã, Araçá, Aracaçu, Araçai, Araçaiça, Araçaji, Aracaju, Araçariguama, Araçás, Aracati, Aracatiçu, Aracatu, Araçatuba, Aracê, Araci, Araçoiaba, Araçuaí, Aracuí, Araguacema, Araguari, Araí, Araíporanga, Aramari, Aranaú, Arapeí, Araporã, Arapoti, Arapoti, Araquari, Araraí, Araraquara, Arariúna, Arariús, Araticu, Aratinga, Aratuípe, Araucária, Araúna, Araxá, Araxás, Ariaú, Aripibu, Aripuanã, Ariri, Ariús, Aruanã, Aruaru, Aruatã, Avai, Axininim, Axixá, Babaçulândia, Bacaxá, Bacuri, Bacuriti, Baependi, Baguaçu, Bajé, Bambuí, Banabuiú, Baquirivu, Bariri, Barueri, Bauru, Bauxi, Beruri, Bicuiba, Biguaçu, Birigui, Biritibamirim, Biringinga, Bitumirim, Bituri, Bixopá, Boaçu, Bocaiuva, Boçoroca, Borebi, Botucaraí, Botucatu, Botumirim, Botuporã, Boturobi, Botuverá, Buerarema, Bujaru, Buri, Burity, Buritys, Burityzal, Burityzeiro, Butiá, Caamirim, Caapiranga, Caaporã, Caatinga, Cabiúna, Cabreúva, Cabuçu, Caburu, Caçaratiba, Caçapava, Cacatu, Cacequi, Caçu, Caculé, Caçununga, Caeté, Caetés, Cai, Caiabu, Caiçara, Caiçarinha, Cairari, Caiteté, Caiuá, Caiuás, Cajati, Cajobi, Caiú, Cajuri, Cajuru, Caloji, Calumbi, Camaçandí, Camaçari, Camapuã, Camaquã, Camarajibe, Camateí, Cambaquara, Cambuatá, Cambuci, Cambuí, Cambuís, Camocim, Camuruji, Canatiba, Cangati, Canguçu, Canumã, Capetinga,

Capibaribe, Capivari, Caputira, Carabuçu, Caracarai, Caracituba, Caraguatai, Carai, Carai-bas, Caraipe, Caranaiba, Carandaí, Carapebus, Caratateua, Carauari, Caraiabas, Careaçú, Cariacica, Caricê, Carijos, Carimã, Caripi, Caririaçu, Caririmirim, Cariús, Carnaíba, Carnaúba, Carnaubal, Carnaubas, Carnaubinha, Ceará-Mirim, Cemoaba, Ceraíma, Cipó, Claraíba, Claranã, Coaraci, Coari, Codajás, Condeúba, Coreau, Coripós, Coroaci, Coroatã, Corumbatai, Corupá, Cotejipe, Cotinguiba, Cotiporã, Craíba, Crateús, Criciúma, Criciumal, Criúva, Crixás, Croatã, Cruanji, Crubixá, Crubixais, Cruxati, Cubati, Cuiabá, Cuinarana, Cuipiranga, Cuité, Cuiteji, Cumari, Cumaru, Cumuruxatiba, Cunhanji, Curaçá, Curatis, Curimatai, Curimataú, Curitiba, Curitibaanos, Curituba, Curiúva, Curu, Curuá, Curuai, Curuçá, Curuçambaba, Curunhu, Curupira, Cururipe, Curuzu, Eirunepê, Ematuba, Embiara, Emboaba, Emboabas, Emboraí, Ererê, Etiquirea, Exaporã, Exu, Foz do Iguaçú, Gandu, Garanhuns, Gararu, Garopaba, Goianá, Goianás, Goianases, Goiandira, Goiânia, Goiás, Goioxim, Goitacases, Gorutuba, Grajáú, Gravataí, Groiãras, Grupiara, Guabiraba, Guaci, Guaçocê, Guaçu, Guaçuí, Guai, Guaiaçara, Guaianás, Guaianases, Guaíba, Guaicuí, Guai-curus, Guaimbê, Guaira, Guaiuba, Guajarã-Açu, Guajarã-Miri, Guajarã-Mirim, Guajeru, Guamirim, Guanacés, Guanambi, Guananas, Guanumbi, Guapiaçu, Guapiara, Guapimirim, Guapuã, Guaraçai, Guaraci, Guaraciaba, Guaraciama, Guaraji, Guarã-Mirim, Guarani, Guaraniúva, Guarantã, Guarapuã, Guaraquicaba, Guararu, Guaraúna, Guareí, Guarus, Guataçaba, Guatambu, Guaxima, Guaxupé, Guianuba, Guiricema, Gurinhém, Humaitã, Iabetê, Iaci, Iaciara, Iaçú, Iapi, Iapu, Iati, Ibaiti, Ibiacema, Ibiacu, Ibiacuê, Ibiai, Ibiaporã, Ibicaraí, Ibicatu, Ibicuí, Ibimirim, Ibioporã, Ibiquera, Ibiracatu, Ibiraci, Ibiracu, Ibiranhém, Ibirapitanga, Ibiti, Ibitiguaçu, Ibitiguaia, Ibitiporã, Ibitiruçu, Ibitiúra, Ibitiúva, Ibituã, Ibitupã, Ibiúna, Iboresi, Iboti, Ibuacu, Ibuguaçu, Icaicara, Icana, Icapuí, Içara, Icarai, Icatu, Icem, Icoaraci, Iepê, Igaçaba, Igaporã, Igaracu, Igarai, Igarapê-Açu, Igarapê-Miri, Igarói, Igatiquirea, Igatu, Igrapiúna, Iguacu, Iguai, Iguatemi, Iguatu, Iguitu, Ijaci, Ijucapirama, Ijuí, Imaru, Imbariê, Imbaúba, Imbé, Imbiaçaba, Imbiara, Imbu, Imbuguaçu, Imbuí, Imbuial, Imbuíra, Imoroti, Indai, Ingaí, Inhaí, Inhangapi, Inhaúma, Inhomirim, Inhuçu, Inoã, Iomerê, Ipaguaçu, Ipameri, Ipanguaçu, Ipaobi, Ipaú-Açu, Ipaucu, Ipaú-Mirim, Ipé, Ipeguari, Ipês, Ipeúna, Ipiaú, Ipiranga, Ipiúna, Ipixuna, Ipomeia, Ipu, Ipuã, Ipuacu, Ipubi, Ipuçaba, Ipueira, Ipueiras, Ipuíuna, Ipumirim, Iracema, Iraci, Iraguaçu, Iraí, Irani, Irapuã, Iraputã, Iraquara, Irati, Irauçuba, Irecê, Iriri, Iiritiba, Irundi, Irupi, Itabapoana, Itaberaí, Itabi, Itaboraí, Itacarambi, Itacatu, Itacê, Itaci, Itacima, Itacira, Itacu, Itacuru, Itacuruçá, Itacê, Itá-Guaçu, Itaguai, Itai, Itaiá, Itaiçaba, Itaiçui, Itaiçu, Itaipu, Itaiquara, Itaitu, Itaiú, Itajai, Itaji, Itajibá, Itajobi, Itaju, Itajubaquara, Itajuí, Itajuípe, Itajuru, Itamarati, Itambacuri, Itambi, Itamoji, Itamuri, Itanajê, Itanhaém, Itanhandu, Itanhém, Itanhi, Itanhomi, Itaobi, Itapaci, Itapajê, Itapajipe, Itapebi, Itapebuçu, Itapecerica, Itapeipu, Itapê-Mirim, Itapeteiú, Itapeúna, Itapevi, Itapiçuma, Itapicuru, Itapicurumirim, Itapirapuã, Itapiruçu, Itapiúna, Itapixuna, Itapocu, Itaporã, Itapuã, Itapuí, Itaquá, Itaquaquicetuba, Itaquara, Itaquaraí, Itaquari, Itaquatiara, Itaquera, Itaquí, Itaquitinga, Itariri, Itati, Itatiaiuçu, Itatupã, Itau, Itauçu, Itáúna, Itáunas, Itaxama, Itirapuã, Itiruçu, Itiúba, Itobi, Itu, Ituaçu, Ituguaçu, Ituí, Itumirim, Itu-quara, Iuiteporã, Iuiú, Iúna, Iuru, Ivagaci, Ivaí, Iviti, Ivoti, Ixu, Jabaquara, Jaborandi, Jabuti, Jabuticabal, Jabuticatubas, Jacampari, Jacamura, Jacaraci, Jacaraú, Jacareí, Jacare-quara, Jacarêzinho, Jacarini, Jacaúna, Jaci, Jaciaba, Jaciguá, Jaciparaná, Jacirendi, Jacu, Jacuí, Jacuípe, Jacuizinho, Jaguapitã, Jaguaquara, Jaguaçu, Jaguarari, Jaguari, Jaguariáiva, Jaguaricatu, Jaguariúna, Jaguaruçu, Jaguateí, Janaúba, Jandaira, Janduís, Japaraíba, Japoatã, Japó-Mirim, Japu, Japuiba, Jaraguari, Jari, Jarinu, Jataí, Jataizinho, Jataúba, Jati, Jatinã, Jatiúca, Jaú, Jaceaba, Jenipapo, Jequi, Jequiê, Jequiri, Jequitai, Jequitibá, Jequitinhonha, Jeremoabo, Jeribá, Jeribatuba, Jeriquaquara, Jeriquara, Jeru, Jeruaquara, Jetibá, Jimirim, Jiquiriçá, Jiquitaia, Jiruá, Jitaúna, Juá, Juaba, Juaçaba, Juafina, Juatama, Juatuba, Juazeirinho, Juazeiro, Jubai, Juçaral, Juçari, Jucati, Juciape, Jucu, Jucururu, Jucurutu, Juiracu, Jumirim, Jundiaí, Jupariteua, Jupi, Juqueri, Jucuitiba, Juracê, Juraci, Juritis, Juru, Jurumirim, Juruti, Jutai, Lambari, Macabu, Macaiba, Maçambará, Maçarandiba, Maçaranduba, Macaraú, Macaúba, Macaubal, Macaúbas, Macujê, Maguari, Mairi, Majê, Mambai, Manacapuru, Mananaira, Manari, Mandacaru, Mandaguari, Manduri, Mangaraí, Mangaratú, Manhuaçu, Manhumirim, Maniaçu, Maraã, Maracá, Maracaju, Maracanã, Maracanaú, Maracás, Maragoji, Maragojipe, Maragojipinho, Marangatu, Marari, Marau, Maruim, Matapiquara, Mataúna, Meriti, Minduri, Miracatu, Miracema, Miracica, Miraí, Mirim, Moçoró, Moji, Moji das Cruzes,

Mojiguaçu, Mojimirim, Mojiquicaba, Mondai, Moquém, Moxotó, Mucujê, Mucunã, Muçum, Muçurepe, Mucuri, Mujiqui, Mundaú-Mirim, Muqui, Muribeca, Murici, Muriti, Muritiba, Murucupi, Murupu, Mutãs, Mutuca, Mutuípe, Muxiopó, Najé, Naraniú, Nhandeara, Nhandu, Nhunguaçu, Nipoã, Niterói, Nova Iguaçu, Nuputira, Ocaçu, Ori, Oriximiná, Ouriçangas, Ouricuri, Pacajus, Pacatu, Pacoti, Paiguás, Pajeú, Panambi, Panatis, Papari, Paracambi, Paracatu, Paracuru, Paraguaçu, Paraguaçu Paulista, Paraí, Paraíba, Paraju, Parajuru, Parambu, Pará-Mirim, Paramoti, Paraná, Paranã, Paranabi, Paranaí, Paranaíba, Paranaúna, Parapeúna, Parapuã, Parapuí, Parari, Parati, Paratiji, Paratimirim, Paraúna, Parázinho, Pareci Novo, Pariqueira, Pariqueraçu, Parnaíba, Parnamirim, Pataíba, Patis, Patu, Pequeri, Pequi, Pequiá, Piaçabuçu, Piacatu, Piaçu, Piatã, Picinguaba, Picuí, Pindaí, Pindaré-Mirim, Pindobaçu, Piquerobi, Pirabibu, Piracaíba, Piracicaba, Piraçununga, Piraí, Piraí-Mirim, Pirajá, Pirajiba, Piraju, Pirajuí, Pirangaí, Piranguçu, Piranji, Pirapitinga, Pirapitingui, Piraquara, Piratini, Piraúba, Piri, Pirimirim, Piripá, Piripiri, Piritiba, Pitanguí, Pitimbu, Piúí, Piúma, Podimirim, Poiri, Pongaí, Porangatu, Porecatu, Potenji, Poti, Poxim, Poxoréu, Puiracu, Puxinanã, Quaraçu, Quaraí, Quarepoti, Quaticaba, Quatipi, Quatipuru, Quatis, Quiçaba, Quirambu, Quixaba, Quixadá, Quixará, Quixariú, Quixeramobim, Quixeré, Quioxá, Sabaúna, Sabuji, Saí, Saicã, Samaúna, Sambaíba, São João do Manhuaçu, São Roque do Paraguaçu, Sapê-Açu, Sapêzal, Sapucaí-Mirim, Saquarema, Sarandi, Sarapuí, Siriji, Sirinhaém, Siriri, Suaçurana, Subaúna, Suçupara, Suçuarana, Suçuí Sucuriú, Suruí, Sururu, Tabaí, Tabapuã, Tabaúna, Tacaratu, Taciba, Tacima, Taguaí, Taiacu, Taiacuí, Taiacupeba, Taipu, Tairuçu, Taiuva, Tambaú, Tamburi, Tanabi, Tapiraí, Tapiraípe, Tapirapuã, Tapuruquá, Taquara, Taquaraçu, Taquari, Taquarixim, Taruaçu, Tarumã, Tarumirim, Tataguaçu, Tataíra, Tatu, Tatuí, Tauari, Taxaquara, Teçainda, Tiaraju, Tibaji, Tibiriçá, Tietê, Tijipió, Tijucal, Tijucas, Tijucopapo, Tijucuoca, Tijupá, Timbaúba, Timboteua, Timbu, Timbuí, Timburi, Tiquaruçu, Tobati, Tocos do Moji, Toribatê, Toriúba, Torixoreu, Toropi, Toroquá, Trabiju, Tracunhaém, Traipu, Traíras, Trairi, Tramandaí, Truçu, Tucuruí, Tuiuti, Tupá, Tupã, Tupaciguara, Tupanci, Tupandi, Tuparecê, Tupiraçaba, Turiacu, Turibaí, Turiúba, Tururu, Uaupés, Ubaí, Ubaíra, Ubatã, Ubaúna, Ubiraçaba, Ubiraçu, Uibaí, Uiraúna, Umari, Umbaúba, Umbu, Umirim, Unai, Upabuçu, Uraí, Urandi, Uru, Uruacu, Urubici, Uruçanga, Uruçu, Uruçuca, Uruçuí, Uruçumirim, Urupês, Uruquê, Ururaí, Urutaí, Utiriti, Vau-Açu, Votuporanga, Voturantim, Voturuna, Votuverava, Xacororé, Xanxerê, Xapecó, Xapuri, Xavantes, Xavantina, Xaxim, Xerente, Xexéu, Xiquexique, Xiririca, Xixá, Xonim, Xopim, Xoró, Xorózinho, Xorroxó, Xucuru, Xuí.

Atente-se em que alguns desses topónimos são compostos de palavras portuguesas e indígenas e em que outros são formados com sufixos da nossa língua. Eles exemplificam cabalmente as regras estatuídas nas "Instruções" para a organização do "Vocabulário Resumido". Nenhum deles apresenta a letra "s" a não ser no início. Nenhum tem "c", "k" ou "ck" finais. Nenhum com "y", nem com "ch", nem com "g" palatal. Só um é escrito com "H" inicial, em obediência ao que determinou a Conferência de Geografia de 1926. Tudo em harmonia com as duas Conferências: essa de 1926 e a de Lisboa, de 1945.

GRAFIA DOS TOPÓNIMOS NOS ESTADOS E TERRITÓRIOS.

Pelo decreto-lei n.º 5.901, de 21 de Outubro de 1943, o Governo Federal estabeleceu normas para que se eliminassem as repetições de nomes de cidades e vilas, e recomendou se adoptassem nomes indígenas. Obedecendo a essa recomendação, foram mudados ou criados nomes vários, servindo-se de palavras oriundas do tupi-guarani. Como é fácil imaginar, raras são as pessoas que no interior dos estados sejam capazes de compor cientificamente esses nomes, e, por isso mesmo, alguns deles, forjados caprichosa e arbitrariamente, ou são híbridos, ou deformes.

Por esse decreto-lei determinou o Governo se fizesse a revisão dos nomes das estações ferroviárias, e autorizou o Conselho Nacional de Geografia a os ajustar às novas denominações de cidades e vilas. O Conselho Nacional de Geografia soube cumprir com o seu dever.

Pelo decreto-lei n.º 311, de 2 de Março de 1938, já o Governo da União dispusera sobre a divisão territorial do País, estabelecendo que em nenhum Estado houvesse denominação idêntica de duas ou mais cidades ou vilas. Nesse decreto-lei ficou assente que só

por leis gerais poderiam ser modificados os nomes dados às cidades e vilas do novo quadro territorial.

Para os serviços de Estatística, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística organizou um trabalho intitulado “Divisão Territorial do Brasil”, onde os nomes dos municípios e dos distritos existentes no País estão relacionados por ordem alfabética. Em a “Nota Preliminar” dessa obra se declara que “a grafia dos topónimos, *corrigidas as discrepâncias não admissíveis em face da sistematização ortográfica*, é a que consta das leis regionais que baixaram os quadros da divisão territorial”.

Era vigente ao tempo da publicação desse volume a ortografia prescrita pelos decretos-leis n.º 292, de 23 de Fevereiro de 1938, e n.º 5.186, de 13 de Janeiro de 1943, *ex vi* dos quais se elaborou o “Pequeno Vocabulário Ortográfico” de 1943.

Nada obstante, não são poucos os topónimos que nele se acham escritos como o foram nas leis regionais que não levaram em conta as disposições das leis federais citadas, deixando-se, por conseguinte, de *corrigir as discrepâncias não admissíveis em face da sistematização ortográfica* estabelecida por aqueles decretos-leis e concretizada no “Pequeno Vocabulário” de 1943. Também não foram corrigidas na “edição provisória” do mesmo trabalho (30-IX-1949), mas sê-lo-ão certamente na próxima “edição definitiva”.

É fora de dúvida que os estados não podem legislar nem decretar contra disposições expressas em leis e decretos federais: as leis federais sobrepõem-se às leis estaduais e municipais. É inconstitucional o decreto ou a lei estadual que infringe qualquer disposição expressa em decreto ou lei federal. Inúmeras vezes tem o Supremo Tribunal Federal declarado inválidos, irritos e nulos, por inconstitucionais, actos de governos regionais que desrespeitam disposições da Constituição ou de leis e decretos federais, e continuará de julgá-los assim, em obediência ao art. 101, inciso III, letra c, da nossa Magna Carta.

Ortografia não é matéria de carácter local — do estado ou município —, mas de carácter nacional, e, pois, nenhum acto governamental ou municipal pode fazer excepção a normas prescritas por decretos e leis da União. Urge respeitar a hierarquia das leis.

Cumpra, pois, sem nenhuma tergiversação, corrigir a grafia de qualquer topónimo que em leis e decretos estaduais esteja em desacordo com os preceitos estabelecidos em leis e decretos federais, e foi isso que zelosamente ordenou o organizador da “Divisão Territorial do Brasil” em sua “Nota Preliminar” (edição de 1945) e em sua “Nota Explicativa” (edição de 1949).

Como se viu supra, a Conferência de Geografia de 1926 determinou que na escrita dos topónimos nacionais fossem adoptadas as normas estatuidas no “Formulário Ortográfico” aprovado pela Academia Brasileira de Letras, o qual, hoje, é o que está anexo ao “Vocabulário Ortográfico Resumido” de 1947.

Insta acrescentar que, havendo o Directório Central do Conselho Nacional de Geografia aprovado a resolução n.º 36, de 18 de Abril de 1939, a qual fixou as normas para a organização do “Dicionário Geográfico e Toponímico Brasileiro”, determinou expressamente que nesse trabalho, cometido ao Conselho Nacional de Geografia, seja adoptada a ortografia simplificada oficial das Academias, isto é, a ortografia do Acordo de 1945, que é actualmente a oficial das duas Academias — a Brasileira de Letras e a das Ciências de Lisboa. Até os nomes geográficos estrangeiros já aportuguesados e aportuguesáveis devem ser, segundo a resolução n.º 98, de 25 de Julho de 1941, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia, obrigatoriamente escritos conforme os preceitos da ortografia oficial.

A ROTINA E A CATURRICE.

Dizem que existe verdadeira “balbúrdia ortográfica”. Existe para os rotineiros e caturras, não para os que seguem pontualmente os preceitos da nova ortografia.

Existe para os que não querem deixar o caminho que trilharam desde a puerícia, para os que preferem continuar nos seus velhos hábitos a reflectirem nas boas e belas práticas hodiernas da grafia simplificada. Existe, outrossim, para os indivíduos pirrónicos, díscolos, obstinados no erro, que supõem ser o certo, ferrenhos na sua teimosia e amigos de contradizer, de questionar, de impugnar tudo o que é novo e digno de imitado. Velhos pro-

fessores não se dedignam de contrariar as leis e de ensinar a seu modo os preceitos que elas consagraram. Jornais e revistas, com desprezo pelas mesmas leis, estabelecem normas para seu uso. Funcionários públicos, que mais deviam acatá-las, seguem o seu critério pessoal ou o de seus chefes. Tudo isso é que faz a “balbúrdia ortográfica”, embora realmente ela não exista. Esses é que fazem a “balbúrdia ortográfica” e, depois, proclamam que a balbúrdia provém do novo sistema ortográfico.

A questão da grafia dos topónimos brasileiros, particularmente dos de origem tupi-guarani, “parte integrante da questão geográfica”, consoante o dizer acertado do ilustre Sr. Dr. F. MARTINS DOS SANTOS, é, de par com a da grafia dos antropónimos, o assunto em que toda a gente mete a sua colherada, mesmo sem conhecer os preceitos que a história da Língua impõe. Se o “Vocabulário Ortográfico” registra “jequieense”, não tarda em aparecer quem afirme que o “Vocabulário” está errado, porque essa palavra se deve escrever com “i” na primeira sílaba; se consigna “juazeireense”, logo salta um que asseverar ser inexacta essa grafia, pois o vocábulo se deve grafar com “o”; se nele está inscrito “quati”, e por esta forma se escreve “Quatis” (distrito de Barra Mansa no estado do Rio de Janeiro), surge, não sei de onde, alguém que se abalança a mostrar a erronia dessa escrita, visto que no tupi é “Coatis”; quando aparece em trabalho consciencioso a grafia “Xuí”, chovem protestos de uns tais que metem agulhas por alfinetes a fim de patentear que a verdadeira escrita é “Chuhi”; quando um jornalista de primeira água escreve “jeremoabense”, levanta-se um “filólogo” para demonstrar que “quase todas as palavras que o “Vocabulário” apresenta com *j* devem ser escritas com *g*, e com esta letra as que lá se acham grafadas com *j*”; quando se escreve “Goiás”, para logo vem pela Imprensa uma lição de escacha-pessegueiro, por onde se prova com argumentos especiosos que o topónimo se deve grafar com “z”. Mas, onde a turra chega aos lindes da insânia é na questão do “c” ou “ç” em vez de “s” ou “ss” nos topónimos procedentes das línguas indígenas. O que um gramático e professor ensinava ontem, fundado na ciência, hoje desensina, baseado na insciência, com o só propósito de malferir o organizador do “Vocabulário” de 1947. Tão mal-intencionado é o impugnador do “c” ou “ç” nos topónimos originários do tupi-guarani, que propositadamente vai de encontro aos próprios ensinamentos, repudiando agora o que há pouco defendia.

Como o presente escrito não visa a pessoas, mas unicamente a demonstrar que a Conferência de Geografia de 1926 e a de Lisboa em 1945 se basearam na ciência ao estabelecerem regras para se escreverem os topónimos, não declino os nomes dos contraditores, porém julgo necessário indicar as fontes onde um deles submergiu a sua ciência.

O respeitável órgão de publicidade “O Estado de São Paulo” trouxe, em sua edição de 2 de Novembro de 1941, sob o título “O Tupi-Guarani e o Português no Brasil”, um trabalho sobre a influência da língua dos silvícolas no idioma que falamos. Afirma o seu conhecidíssimo autor: “Na morfologia o único vestígio do tupi-guarani está na formação híbrida do aumentativo e do diminutivo, por meio dos adjectivos “guaçu” e “açu”, *quase sempre erradamente escritos* “*assu*”, “*guassu*”, “*mirim*” e “*im*”: mandão-açu, tatu-guaçu, mandão-mirim, itaim.” (É meu o grifo, no intento de chamar a atenção do leitor para a lição do articulista.)

Três anos depois, o autor desse artigo tirou à praça uma “Gramática Normativa da Língua Portuguesa” (Livraria Académica, São Paulo, 1944), na qual ensina isto à página 212: “*Influência do tupi* — Apesar de ser o tupi a língua geral do Brasil ainda depois da colonização do país, nenhuma influência deixou na morfologia do português. Apenas poderíamos lembrar a formação híbrida do aumentativo e do diminutivo, recorrendo-se aos adjectivos tupis: *guaçu*, *açu* (*erradamente escritos guassu, assu*) e *mirim*, *im*: *mandão-guaçu*, *mandão-mirim* (*mandãozão, mandãozinho*).” (Pus em itálico o principal dessa lição, para que se note bem a opinião desse autor.)

Dois anos após, deu a lume os “Estudos de Filologia Portuguesa” (Livraria Académica, São Paulo, 1946), nos quais, tratando da influência do tupi na morfologia portuguesa, diz: “O grau aumentativo era indicado pela palavra *açu*, *guaçu*, e o diminutivo por *mirim*, *im*; *Pará* = rio; *Paraguaçu* = rio grande;” (Pág. 74.)

Na página 306 assim se manifesta: “Na morfologia não há caso algum que diferencie a língua do Brasil da língua de Portugal: todas as flexões são idênticas; todas as classificações são as mesmas. Conservamos apenas os adjectivos *guaçu* e *mirim* como formadores de aumentativo e diminutivo: *tatu-guaçu*, *tatu-mirim* (*tatuzão*, *tatuzinho*).”

Até aí vai a ciência do tal autor. Mas em Dezembro de 1947 foi publicado no Brasil e em Portugal o “Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa”, cuja organização me foi confiada pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia das Ciências de Lisboa. Visto como o autor do artigo e das duas obras supracitadas não fez parte da Comissão Brasileira que foi a Lisboa para unificar a ortografia, e visto como não foi consultado acerca da maneira de grafar um só vocábulo, a sua ciência converteu-se em despique de filólogo despeitado, que a virou pelo avesso. A prova evidente do que venho de afirmar está na seguinte resposta que ele deu a um consulente: “A substituição, que estão fazendo de *ss* por *ç* em topónimos como *Açu*, *Guaçu*, *Piraçununga*, embora venha no último “Vocabulário” publicado pela Academia Brasileira, é cousa que *não apresenta fundamentos definitivos e convincentes*. REBELO GONÇALVES não diz claramente por que motivos deve haver tal substituição, pois, se é forte em grego e latim, não entende das línguas indígenas do Brasil. O “Vocabulário” da Academia *escreve* dogmáticamente, na pág. XIX: “(l) com *c* ou *ç*: *acaçapar*, *açafate*, etc. *açu*, *babaçu*, *Paraguaçu*, etc.” Nenhuma razão fonética aí aparece para justificar tal grafia. Ora, a tradição gráfica de todos estes vocábulos indígenas foi sempre a de *escrevê-los com ss*: *assu*, *guassu*, *pirassununga*, etc.” (“Questões de Português” — “Folha da Manhã”, São Paulo, ed. de 17-IV-1949.)

Eis aí a insciência do autor. Quantas afirmações errôneas e verdadeiramente cavilosas! Ovídio deveria pôr-lhe na boca o “vídeo melhora, proboque, deteriora sequor.” O “Vocabulário” não foi publicado pela Academia Brasileira de Letras, mas pelo Governo da União; fê-lo a Imprensa Nacional, e traz no frontispício as armas da República. A edição pertence ao Departamento da Imprensa Nacional, e já se esgotou. Os fundamentos “definitivos e convincentes” não podiam ser dados em “Instruções”, que foram feitas depois de vários entendimentos em vinte e sete sessões da Conferência Interacadêmica de Lisboa. Se o Prof. Dr. REBELO GONÇALVES “não entende das línguas indígenas do Brasil”, entende perfeitamente as leis fonéticas e sabe, pelos numerosos documentos escritos sobre as línguas indígenas, que sempre se escreveram com “*c*” ou “*ç*” as palavras oriundas do tupi-guarani. Não lhe são desconhecidas as mais famosas e as mais modernas obras acerca dos idiomas autóctones da América Meridional. Ele conhece a história das palavras dos idiomas brasileiros, porque as estudou nos monumentos literários que os jesuítas nos herdaram. Os estudos que fiz de 1941 a 1943 para registrar com acerto os vocábulos indígenas em as “Instruções” e no “Pequeno Vocabulário” foram aproveitados na Conferência de Lisboa, e por isso mesmo foi que no Relatório apresentado àquele Convénio a 10 de Agosto de 1945, e aprovado por unanimidade, se mandou regularizar o emprego das consoantes homófonas “*s*”, “*ss*”, “*c*” e “*ç*” e o emprego do hífen em certas palavras formadas com os sufixos “*açu*”, “*guaçu*” e “*mirim*” *segundo o critério adoptado no “vocabulário” de 1943*, que foi organizado por mim, como por mim o foram as “Instruções” que acompanham o “Vocabulário Resumido” de 1947.

Ante as citações e os argumentos que então eu trouxe à balha, não era preciso ser-se filólogo para se tirar a conclusão de que as palavras indígenas em que se ouve o fonema “*cê*” devem ser grafadas com “*c*” ou “*ç*”, e não com “*s*” ou “*ss*”.

Trilhava o caminho da verdade o autor do artigo d’ “O Estado de São Paulo” de 2 de Novembro de 1941 e das lições transcritas da “Gramática Normativa” e dos “Estudos de Filologia Portuguesa”; mas de todo em todo se desviou dele o autor das “Questões de Português” insertas na “Folha da Manhã” de 17 de Abril de 1949. Ali, foi alumiado pelo bom-senso, porque escreveu sem ideia preconcebida; aqui, seguiu a rotina e patenteou a sua caturrice, que o levou ao dislate de afirmar que não há razão fonética que justifique as grafias “*acaçapar*” e “*açafate*”. A rotina e a caturrice não são apanágio de um filólogo que se preze, mas o de um espírito mesquinho e cheio de preconceitos. Lá se avenha consigo mesmo o autor do escrito de 2 de Novembro de 1941 e o autor do “ensinamento” de 17 de Abril de 1949. *Patere legem, quam ipse fecisti*.

"PAYSANDÚ" e "PAIZANDÚ".

Consultado por um professor e jornalista paulistano, em 7 de Junho de 1950, sobre a grafia vernácula do topónimo "Paysandú", respondi-lhe que não podia deixar de ser "Paicandu", visto haver eu feito estudo especial desta forma por ocasião da feitura de cartas geográficas pelo Conselho Nacional de Geografia, numa das quais figurava esse topónimo. Logo que saiu publicada num diário de São Paulo a grafia por mim preconizada, o citado autor das "Questões de Português" não quis perder a oportunidade para mostrar, mais uma vez, o seu espírito de contradição, e fez estampar na sua referida secção da "Folha da Manhã", edição de 21 de Junho deste ano (1950), esta "belíssima lição filológica": "Entre o português e o castelhano existe íntima correspondência gráfica relativamente ao som representado pelos primeiros por *ç* e *z* pelos segundos. Exs. *Cabeça, força, coração, cabeza, fuerza, corazón*. De acordo com esta correspondência, só poderíamos grafar *Paicandu, Guaçu, Piraçununga*, se encontrássemos nos países hispano-americanos *Paizundu, guazu, Pirazunga*. (*Sic!*) Ora, o que encontramos é justamente o oposto: *Paysandu, Guasu, Pirassununga*. E a esta sibilante forte dos castelhanos correspondem os nossos *ss* entre vogais. Logo, a única escrita correcta há-de ser: *Paissandu, Guassu, Pirassununga*. Todo esse ensino que anda por aí de tais palavras devem (*sic!*) ser grafadas com *ç* e não com *ss* está destituído de base e deve ser rejeitado."

Ecce iterum Crispinus: volta o gramaticógrafo a bater na tecla dos "guaçus"... Quanto a "Piraçununga", além do que já tenho escrito aqui acerca do "ç" em palavras provenientes do tupi-guarani, contento-me agora de remeter o autor das "Questões de Português" e o leitor que deseja conhecer as razões por que se deve grafar "Piraçununga", e não "Pirassununga", ao que se estampou na "Folha da Manhã" de 2 de Setembro de 1948, com o título "Piraçununga com ç", e ao que nessa mesma folha escreveu o Sr. MANUEL PEREIRA DE GODÓI, sob a epígrafe "Estudo sobre a Palavra Pirassununga", em 17 de Setembro do mesmo ano (1948), bem como à resposta que dei a um consulente a respeito do emprego do "c" ou "ç" em vocábulos originários do tupi-guarani, com o título "Três Perguntas e Três Respostas", na "Folha da Noite" de São Paulo, edição de 3 de Janeiro de 1949. Devo, porém, salientar que do artigo do Sr. MANUEL PEREIRA DE GODÓI só aceito por verdadeiras estas duas proposições: "A grafia com *c* diante de *e, i, e ç* diante de *a, o, u* é justificável pela pronúncia do tupi de outrora." — "Conclui-se de tudo que o conservar *ç* em *Piraçununga, guaçu,*, é manter na escrita uma pronúncia que teve voga antigamente." Respeito à tradição secular da grafia "Pirassununga", lembro que mais que trissecular é a escrita "Cintra", que a Ciência demonstrou dever escrever-se com "S": agora é "Sintra", como o era até o século XVI.

Vamos entrar nos domínios do guarani.

Paicandu é o nome da bela e progressista capital da costa do rio Uruguai, célebre na História do Brasil por haver sido cercada em 1864 pelo marechal brasileiro JOSÉ PROPÍCIO MENA BARRETO, que, com 5711 homens, enfrentou um exército de 100.000, e, depois de um tiroteio que durou 52 horas, tomou a praça e aprisionou toda a guarnição, terminando assim a campanha do Uruguai.

Na ocasião em que tive de emitir parecer para que essa palavra fosse inscrita numa carta geográfica, sabia que o guarani é subordinado às leis fonéticas da língua espanhola, e que em ortografia racional e científica se litera o fonema "zê" do guarani por "z" castelhano. Lera em GONÇALVES VIANA ("Ortografia Nacional", pág. 111) que "a ortografia castelhana, à falta de outros elementos, pode servir de modelo para a restituição de *ç* por *s*, pois sempre os figura por *z* (antigamente *ç*), excepto antes de *e* e de *i*, posição em que o *z* foi modernamente substituído por *c*". Ínsita no meu espírito estava a lição de LEITE DE VASCONCELOS ("Opúsculos", I, pág. III dos "Aditamentos"): "A diferença entre *s* e *ç* ainda hoje se nota nas raias de Trás-os-Montes e Minho, e em parte da Beira. A essa diferença corresponde em espanhol: *z* (e *c* em *ce* e *ci*) e *s*." Entrementes, em correspondência epistolar mantida com o meu distinto amigo e erudito confrade Prof. ARCI TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, conhecedor do guarani e do castelhano, línguas que fala correctamente e em que escreve com perfeição, asseverou-me que "as palavras guaranis terminadas em *usú* são reproduzidas em castelhano por *uzú*".

Bebera na preciosíssima obra “Vocabulário das Palavras Guaranis Usadas pelo Tradutor da “Conquista Espiritual” do Padre A. RUIZ DE MONTOYA”, do grande BAPTISTA CAETANO, esta informação: “*Curuzu* dicção hispânica *cruz*; também escrevem *curucu*, em tupi *curuçá*.” (Pág. 84.) E na pág. 131: “*Guaçu* adj. grande, grosso, amplo, largo, extenso Na “Conquista” por vezes vem *guazu*; *yaca guazu* ribeiro grande, ribeirão.”

Lera “chibiguazú” e “mbaracayá-guazú” na “História Natural Ediar” de ANGEL CABRERA e JOSÉ YEPE. (Buenos Aires, 1940, pág. 164.)

Com elementos desta ordem, estava eu bem amparado, e não tive nenhuma dúvida em recomendar a grafia “Paichandu”. “Seja qual for a sua proveniência”, afirma o Prof. ARION DALL’IGNA RODRIGUES, grande estudioso da Tupilogia, “desde que seja indígena, há-de-se escrever melhor com *ç*, e não com *s*.”

Mas o caturra das “Questões de Português” não está pelos autos. Continua de adoptar “ss” em vez de “ç” em palavras de origem guarani. Na “Folha da Manhã” de 17 de Abril de 1949 lançou anátema sobre a sua primitiva doutrina, confessando a sua apostasia nestes termos: — “Transcrevo com *ss* porque o *s* em castelhano é sempre sibilante, equivalendo aos nossos dois *ss*. Se a grafia fosse com *z*: *azu*, *ruzu*, *guazu*, então, sim deveríamos ter em português a transcrição *açu*, *ruçu*, *guaçu* porque o *z* castelhano corresponde ao nosso *ç*: *cabeza*, *corazon* = *cabeça*, *coração*. Se, pois, os uruguaios, paraguaios e argentinos assim escrevem os termos guaranis com *s* e não com *z*, nós de língua portuguesa devemos grafá-los com *s* e não com *ç*”.

Singular professor esse, que pela Imprensa declara ser errado o que nos seus livros ensina como certo!

E que científicas razões para um filólogo! Construi o seu edifício em cima do lodo ou areia movediça. Quem lhe disse que os Espanhóis e os filhos da América Espanhola escrevem com “s” as palavras terminadas em “zu”? Em menino, aprendi com JOÃO RIBEIRO esta lição: “A ortografia Curuzú é espanhola e em rigor só poderíamos representá-la devidamente por meio do *ç*: *Curuçú*.” (“Aut. Cont.”, n. 26.)

Já referi a douda opinião do ilustrado Prof. TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, filho de Paraguaio e perito nas línguas espanhola e guarani, o qual afirma que “as palavras guaranis terminadas em *usú* são representadas em castelhano por *uzú*”. Pego do “Boletín da Academia Argentina de Letras” (tomo XIII, n.º 46, Buenos Aires, 1944) e leio na página 8: “*Paraná Guazú* (*Guazú* es “grande”); *Iguazú*; *Curuzú*.” Perlustro “El Guaraní — Elementos de Gramática Guaraní y Vocabulario de las Voces más Importantes de Este Idioma”, de SATURNINO MUNIACURRIA (Buenos Aires, 1947) e reparo nisto: “Las consonantes que se usan en guaraní son las siguientes: *b, c, d, h, m, n, ñ, p, q, r, t, y, z*.” Não há “s”. E note-se que ele ensina o Guaraní por intermédio do Castelhamo. Da letra *R*, no seu “Vocabulario General”, passa para a letra *T*. E como é que esse notável escritor e poeta escreve nessa obra as palavras guaranis terminadas em “zu”? Será com “s”? Vejamo-lo: “acanguzú”, p. 90; “CUAZÚ”, p. 91; “AMANGUIRÚZÚ”, p. 93; “ambuibuzú”, p. 93; “apicazú”, p. 97; “caraignuzú”, p. 106; “CURUZÚ”, p. 111; “cuzú”, p. 112; “GUAZÚ”, p. 118; “guazú pucu”, p. 118; “hobuzú”, p. 126; “IBIPERUZÚ”, p. 128; “IGUAZÚ”, p. 130; “iriguazú”, p. 132; “ITACURUZÚ”, p. 132; “mezú”, p. 136; “mbohieguzú”, p. 144; “mboiyuzú”, p. 146; “mbopoguzú”, p. 149; “nezú”, p. 154; “OCARUZÚ”, p. 159; “ocapiguzú”, p. 159; “piguazú”, p. 165; “PIRÚZÚ”, p. 165; “piaguazú”, p. 166; “poguzú”, p. 171; “quezú”, p. 178; “riguzú”, p. 179; “tabazú”, p. 182; “tayazú”, p. 185; “tun-guzú”, p. 196; “uruguzú”, p. 198; “zuzú”, p. 212; etc.

Quantas palavras terminadas em “zu”? Trinta e três, e não colhi todas. Quantas em “guazú”? Não menos de catorze. E aí está o como se diz em guarani, e o como em castelhano se representam as palavras guaranis acabadas em “zu”.

Mas, temos mais. O padre ANTÓNIO RUIZ DE MONTOYA, que nasceu em Lima, escrevia em castelhano, e foi nesse idioma que compôs a sua maravilhosa “Arte de la Lengua Guaraní”, cuja primeira edição data de 1639. Note-se bem que a sua obra versa acerca da língua guarani, e não do idioma tupi. O acréscimo “ó mas bien Tupi” foi feito pelo editor da segunda edição (FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN, visconde de Porto Seguro),

que declarou os motivos pelos quais fizera esse acrescentamento. Como em geral ignoram esses motivos, transcrevo aqui, tal-qualmente, as palavras dele: "El nombre *guarani* o mas bien *guaryni*, segun el propio MONTROYA (Vocab., p. 83, 236, 284, y passim), no quiere decir sino guerra, o por ventura guerrero; y como la lengua era hablada tambien por individuos de la nación que no eran guerreros, como niños y sacerdotes (*pajés*) y los nefandos *tebiros* y hasta por las propias mujeres, bien que con sus modificaciones, siguese que ese nombre es impropio para aplicarse a la lengua; al paso que el de *tupi*, que era el que correspondia a esa raza, que de norte a sur (y no del sur al norte, segun imaginó MARTIUS) habia invadido casi toda la America Meridional acá de los Andes, no ofrece tales contradicciones. Etymológicamente, segun hemos demostrado, este nombre *tupi* viene de *t' ypi*, y significa "los de la generacion primera." ("Introduccion" ao "Vocabulario y Tesoro de la Lengua Guarani, ó mas bien Tupi", edição de 1876, págs. IV e V.)

Na "Arte", MONTROYA diz que no guarani faltam as letras *f, i, k, l, rr, s, v* consoante, *x, z*; e acede: "Por *S* usan *C* lene." (Cap. XXII, pág. 93.)

No "Vocabulario", ensina ele: "Grande, ancho, *Guaçú*." (Coluna 294.) — "Grande en cantidad y calidad, *Guaçú*." (Aí mesmo.) — "Venado, *Guaçú*: *Guaçú* pyta: Paratiayû: *Guaçú* birá: *Guaçú* abará: Taquarembo açog: *Guaçú* ti." (Coluna 504.)

No "Tesoro", igualmente: "*Guaçú*, venado, sus especies son: *Guaçú abará*, del monte. *Guaçú añuru*, venado de pescueço negro. *Guaçú ará*, onça. *Guaçú atí*, cuervo de venado. *Guaçú paratiyû*, l. *Guaçúpytá*, vermelho e grande. *Guaçú tará*, camalon. *Guaçú-nambiey*, venado sin orejas, modo de çaherir al que no quiere oyr." (Colunas 127 v. e 128.) Nessa mesma columna (128): "*Guaçú*, grande, grueso, ancho. *Pay guaçú*, l. *Abaré guaçú*, prelado. *Abaguaçú*, homem grueso. *Carapeguaçú*, anchicorto."

BAPTISTA CAETANO, em seu "Vocabulario das Palavras Guaranis", já citado, registra "guaçu" na pág. 8; "açú" na pág. 24; "itá-guaçu" na pág. 178; etc.

Na letra "S" está escrito: "Esta letra não é empregada neste vocabulario, porque o seu som está representado por *ç*." (Pág. 465.)

Pode haver maiores autoridades? Pode que as haja, e pode que as não haja. Mas estas são mais que suficientes para provar que "Paíçandu" sòmente deve escrever-se em nossa língua com "ç".

E qual é a etimologia de "Paíçandu"?

Para o eminente filólogo uruguaio ADOLFO BERRO GARCÍA, a palavra "debe venir del nombre guaraní de la isla Caridad", e propõe a forma "I-paú-zandú", que é o nome daquela ilha em guarani. E que significa "I-paú-zandú"? Pode significar "ilha do tartamudo" (*ipaú* = ilha; *zandú* = tartamudo). E para o professor SATURNINO MUNIACURRIA, autor de uma gramática, de um vocabulário e de poesias guaraníticas, "el nombre de Paizandú, la ciudad uruguaya, proviene de *paí*, fraile, y *zandú*, ceceoso o tartamudo". (V. "El Guarani", ed. de 1947, pág. 163.)

Ninguém pode saber mais do que esses mestres do guarani a etimologia do nome da linda cidade uruguaia. Ambos os dois estão acordes quanto ao segundo elemento — *zandú* —, e qualquer estudante de Fonética sabe que o "z" castelhano sòmente pode dar em português "ç" ou "c", conforme se lhe siga "a", "o", "u" ou "e", "i".

Por consequência, "Paizandú" — o frade ceceoso ou tartamudo — passa à nossa língua com a forma PAIÇANDU.

Como se viu acima, o autor da "Gramática Normativa" e dos "Estudos de Filologia Portuguesa" estava no bom caminho quando ensinava que "açú" e "guaçu" andavam erradamente escritos com "ss"; mas, prunido-lhe a alma o insopitável anseio de contradizer o organizador dos vocabulários ortográficos, acabou contradizendo-se a si mesmo, desensinando o que havia ensinado e constrangendo alguns dos seus discípulos e leitores a desaprenderem o que tinham aprendido. Ao "mestre" e aos discípulos melhor lhes fora não haverem conhecido o caminho da verdade do que, depois de conhecido, retrogradarem: "Melius enim erat illis non cognoscere viam justitiae, quam post agnitionem, retrorsum converti."